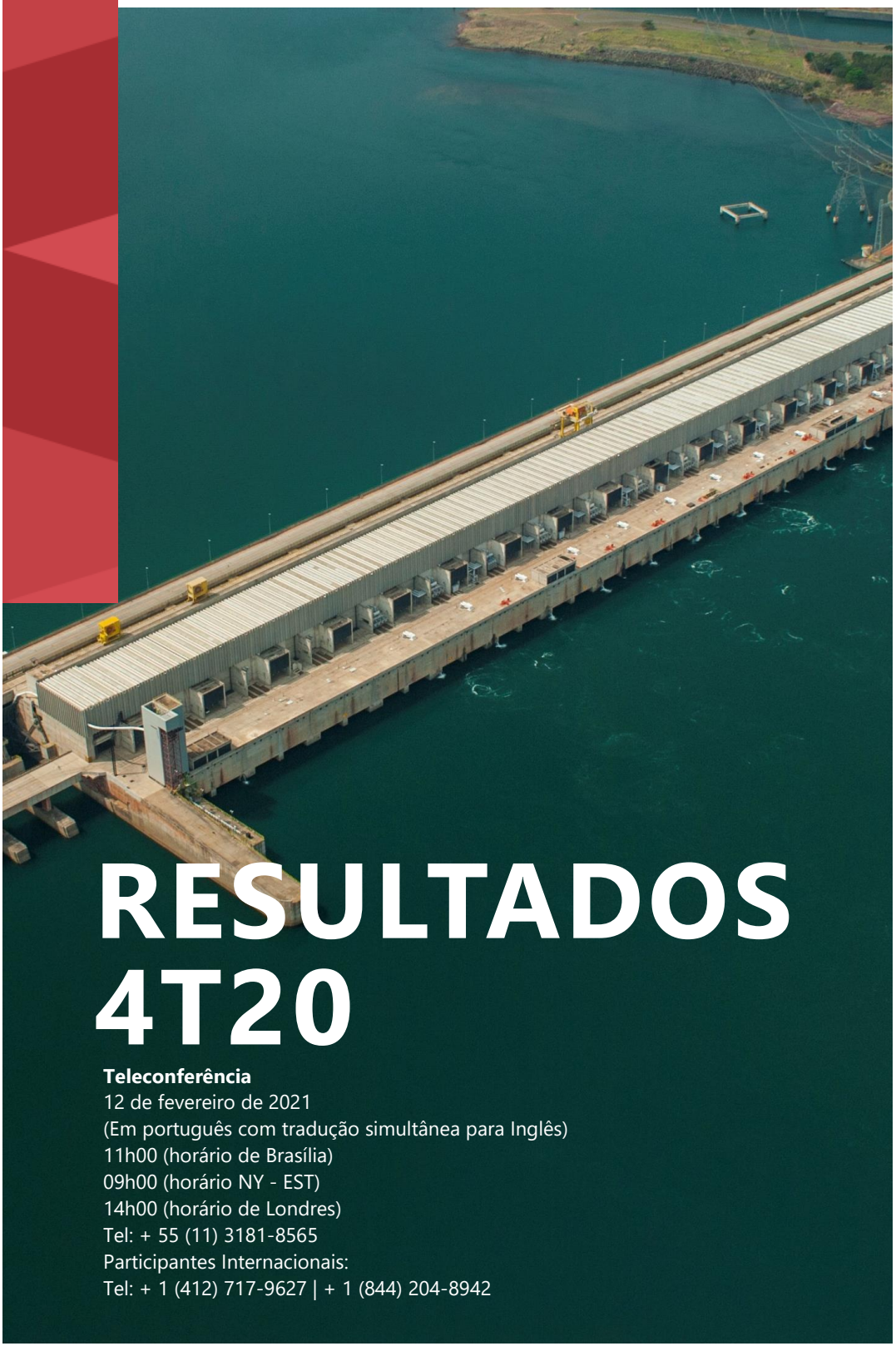


RESULTADOS 4T20

Teleconferência
12 de fevereiro de 2021
(Em português com tradução simultânea para Inglês)
11h00 (horário de Brasília)
09h00 (horário NY - EST)
14h00 (horário de Londres)
Tel: + 55 (11) 3181-8565
Participantes Internacionais:
Tel: + 1 (412) 717-9627 | + 1 (844) 204-8942

São Paulo, 11 de fevereiro de 2021: CESP - Companhia Energética de São Paulo ("CESP"), (B3: CESP3, CESP5 e CESP6) divulga seus resultados referentes ao quarto trimestre de 2020 e do ano de 2020. As informações foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") e práticas contábeis adotadas no Brasil, comparadas com o mesmo período do ano de 2019, exceto onde indicado de outra forma.

RESULTADOS 4T20 e 2020

Destaques Financeiros Consolidados

R$ mil

	4T20	4T19	Var. (%)	2020	2019	Var. (%)
Receita operacional bruta	581.775	497.086	17%	2.203.798	1.830.499	20%
Receita operacional líquida	500.649	432.835	16%	1.917.248	1.571.296	22%
Resultado operacional bruto	131.365	160.771	-18%	727.606	479.281	52%
Custos e despesas	(328.148)	(73.559)	n.m.	(1.104.522)	(1.087.934)	2%
EBITDA	274.183	471.377	-42%	1.210.055	862.927	40%
EBITDA ajustado[1]	154.705	256.885	-40%	1.014.104	751.692	35%
Margem EBITDA ajustado[1]	31%	59%	-28 p.p.	53%	48%	5 p.p.
Resultado líquido	1.595.676	1.333.115	20%	1.728.762	1.163.014	49%
Dívida líquida	1.216.403	1.010.012	20%	1.216.403	1.010.012	20%
Dívida líquida/EBITDA UDM	1,0x	1,2x	-0,1x	1,0x	1,2x	-0,1x
Dívida líquida/EBITDA ajustado[1] UDM	1,2x	1,3x	-0,1x	1,2x	1,3x	-0,1x

DESTAQUES

- Crescimento na receita líquida, atingindo R$501 milhões no 4T20 e R$ 1,9 bilhão em 2020, principalmente pelo início das operações de trading pela CESP Comercializadora em janeiro de 2020.
- EBITDA ajustado de R$ 1 bilhão em 2020, crescimento de 35% em relação a 2019 refletindo a gestão adequada do balanço energético e a disciplina em custos e despesas. No 4T20 atingiu R$155 milhões, redução em relação ao mesmo período do ano passado devido ao maior gasto com compra de energia, em linha com a nossa estratégia comercial.
- Redução das contingências passivas totais[3] de R$1,6 bilhão no 4T20 e R$ 2,9 bilhões em 2020 em decorrência de acordos judiciais, decisões favoráveis e revisão de estimativas conforme evolução processual dos casos.
- Geração de R$743 milhões de fluxo de caixa operacional após serviço da dívida, com o índice de conversão de caixa[3] de 73% em 2020.
- Lucro líquido de R$1,7 bilhão em 2020, crescimento de 49% em relação a 2019. No 4T20 atingiu R$1,6 bilhão, crescimento de 20% em relação ao 4T19, principalmente, pelo reconhecimento de IR e CSLL diferido.
- Aprovação pelo Conselho de Administração da proposta de pagamento de R$850 milhões em proventos aos acionistas, sendo R$150 milhões via juros sobre capital próprio (JCP), já deliberados, e R$700 milhões em dividendos, com um *dividend yeld* de 9%

(1) EBITDA ajustado exclui provisão para litígios, baixa de depósitos judiciais, PDV, *impairment* | (2) Considera conversão de caixa= (FCO após o Serviço da Dívida/EBITDA Ajustado) / (3) Após correção monetária e juros

ÍNDICE

Mensagem da Administração	4
Efeitos da Pandemia do Novo Coronavírus	6
Perfil da Companhia	7
Parque Gerador	7
Produção de Energia Elétrica	9
Disponibilidade	9
Mercado de Energia	10
Estratégia de Comercialização	11
CESP Comercializadora	13
Clientes	13
Receita Operacional	14
Custos e Despesas Operacionais	16
EBITDA	20
Resultado Financeiro	21
IR e CSLL	22
Resultado Líquido	23
Endividamento	24
Fluxo de Caixa Livre	25
CAPEX	26
VIVEST	26
Proventos	28
Contingências	29
Eventos Subsequentes	32
Agenda de Sustentabilidade Corporativa	33
Mercado de Capitais	34
Anexos	35

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19), trazendo consequências para nossas vidas e para a economia. A CESP agiu com presteza nesse cenário, adotando medidas preventivas adequadas à preservação da saúde e à segurança de todos seus funcionários, bem como garantindo a continuidade da prestação do serviço de geração de energia com excelência. A resiliência do nosso portfólio de clientes, a agilidade de reação ao novo ambiente e a robustez de nossa estrutura de capital foram essenciais para mitigarmos os impactos trazidos pela Covid-19.

A evolução da pandemia trouxe ainda mais para o centro das discussões os temas socioambientais e a necessidade de uma economia responsável com o futuro. No setor elétrico brasileiro, a transição energética integra a evolução para um país melhor e mais consciente. Este caminho, promissor e sem volta, demanda estratégias e investimentos e ao mesmo tempo exige que a regulamentação do setor evolua com celeridade. A CESP, uma empresa de geração de energia 100% renovável, é parte importante para a solução desse desafio.

Como destaque em 2020, demos um importante passo na maturidade de nossa gestão sobre aspectos socioambientais e de governaça (ESG -Environmental, Social and Governance), por meio da identificação dos temas materiais e da definição dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) prioritários. Com engajamento e envolvimento de lideranças, criamos a Plataforma de Sustentabilidade da CESP com três linhas temáticas: Proatividade Ambiental e Climática, Desenvolvimento Local e Humano e Crescimento Inclusivo. Divulgamos também, pela primeira vez, nosso Relatório Anual, que tem sua estrutura e seu conteúdo inspirados nos princípios de Relato Integrado da Iniciativa Internacional para o Relato Integrado (IRRC).

A CESP aprimora e promove constantemente a adoção das melhores práticas de governança corporativa e tem como compromisso a continuidade da sua atuação em observância aos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, visando o fortalecimento da estrutura de gestão e governança com a finalidade de solidificar os pilares para a perenidade da CESP e seus negócios. Em fevereiro de 2021, estabelecemos as bases para a criação da Comissão de Sustentabilidade, com a finalidade de apoiar o Conselho de Administração e o corpo gestor da CESP na incorporação e no endereçamento dos temas ESG no processo de tomada de decisão estratégica e direcionamento do negócio.

Avançamos também em nossa agenda de transformação digital, reduzindo riscos, automatizando processos e alcançando respostas mais ágeis na adoção de novas tecnologias. Iniciamos, assim, nossa jornada de dados/analytics, gerando uma cultura de confiança da informação orientada a dados (data-driven).

Em termos operacionais, um dos indicadores de desempenho mais importantes, o índice de disponibilidade médio das usinas, atingiu a média de 95,7%, no fechamento de 2020, em uma trajetória consistente e sustentada de aumento, acima dos níveis de referência estabelecidos pela ANEEL, demonstrando de forma contínua a boa gestão da operação e manutenção e, consequentemente, maior eficiência na disponibilidade das usinas.

Durante o ano de 2020, continuamos perseguindo a estratégia desenhada na gestão do balanço energético, aliada à sazonalização da garantia física de forma planejada, mantendo a gestão do nosso portfólio de clientes. Importante destacar, que durante o ano de 2020, a CESP aproveitou as janelas de oportunidade no mercado e comprou, aproximadamente, 90% da energia necessária para o equilíbrio de seu balanço energético em 2021.

Em relação ao contencioso passivo, continuamos com a estratégia e gestão das ações judiciais com assessores jurídicos e financeiros para complementar a atuação de nossa equipe própria. Terminamos o ano de 2020, com uma redução, após a correção monetária, de R$2,9 bilhões nas contingências passivas totais em relação ao saldo de dezembro de 2019, explicada pela combinação de: (i) decisões judiciais favoráveis à CESP; (ii) acordos judiciais; e (iii) revisão de estimativas conforme evolução processual dos casos. Esses resultados estão em linha com nossa determinação por uma abordagem cada vez mais assertiva e criteriosa na redução deste risco.

Nossos resultados financeiros refletem a diligência na execução de nossas estratégias, alcançando um EBITDA Ajustado consolidado[1] de R$1 bilhão em 2020, crescimento de 35% em relação a 2019 refletindo a excelência operacional, a gestão adequada do balanço energético e a disciplina em custos e despesas.

A forte capacidade de geração de caixa da CESP nos coloca em uma posição de destaque nesse contexto. Geramos em 2020 R$ 743 milhões de fluxo de caixa operacional após serviço da dívida, o que representa um índice de conversão de caixa[2] de 73%.

Como estratégia da gestão do endividamento, em agosto de 2020, a CESP captou R$ 1,5 bilhão pela emissão da 12ª Debênture de infraestrutura a uma taxa de IPCA + 4,30% a.a. e prazo de 10 anos. Com essa operação, a dívida da CESP teve um aumento de 5 anos no prazo médio, mantendo o custo médio, além de melhorar as condições contratuais de forma a adequá-las ao novo perfil de crédito da CESP.

A combinação da forte geração de caixa com o resultado líquido de 2020, permitiu a proposta de distribuição de proventos aos acionistas no montante de R$850 milhões, sendo R$ 150 milhões via juros sobre capital próprio (JCP) já deliberados em 2020 e R$700 milhões via dividendos, representando um payout de 49% e dividend yield de ~9%, com pagamento nos meses de abril e setembro de 2021.

Por fim, ressaltamos que a CESP inicia 2021 ainda mais preparada para aproveitar as oportunidades que surgirão e comprometida com o seu propósito de criar e oferecer as melhores soluções em energia, gerando e compartilhando riqueza de forma sustentável por meio da transformação das pessoas e da sociedade.

Muito obrigado a todos que nos acompanham nessa trajetória.

Mario Bertoncini
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Marcelo de Jesus
Diretor Financeiro

(1) EBITDA ajustado exclui provisão para litígios e PDV/ (2) Índice de Conversão de Caixa= Fluxo de Caixa Operacional Pós Serviços da Dívida/EBITDA Ajustado

EFEITOS DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19)

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia mundial decorrente do novo Coronavírus (COVID-19). Diante do ocorrido, a Companhia informa que vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar, ao máximo possível, eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos nossos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e dos negócios.

Sendo a geração de energia uma atividade essencial, a CESP adotou protocolos de contingência de forma a manter integralmente as operações de suas usinas hidrelétricas, preservando a saúde de seus profissionais, seus acessos seguros aos locais de trabalho, um ambiente que preserve o distanciamento entre indivíduos, higiene e acesso aos meios de proteção. Complementarmente, neste momento, aproximadamente, 82% de nossos colaboradores estão trabalhando em regime de *home office*.

Um risco potencialmente relevante para a CESP na emergência do COVID-19 está relacionado à adimplência de seus clientes e demais contrapartes em contratos de compra e venda de energia. Neste cenário, a CESP mantém um contato regular com seus principais parceiros comerciais. A posição de contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2020 bem como as provisões de créditos improváveis de recuperação ou de liquidação duvidosa refletem de maneira tempestiva nossa melhor análise neste momento sobre a qualidade e solvência dos direitos em questão. A despeito dos impactos econômicos decorrentes da pandemia, não houve inadimplência por parte de qualquer cliente, assim como as poucas renegociações contratuais realizadas, estruturadas de forma a preservar o valor presente dos contratos originais, não devem apresentar impactos materiais nos resultados da Companhia.

A Companhia avaliou também, seus principais contratos de fornecimento e suprimento de fornecedores, e concluiu que, apesar dos impactos causados pela pandemia, as obrigações contratuais seguem sendo cumpridas e não há evidências ou formalização de insolvência ou qualquer descontinuidade.

A gestão do balanço energético da Companhia para este exercício foi ajustada e a empresa encontra-se bem posicionada frente a potenciais variações adversas do GSF (*generation scaling fator*, ou fator de ajuste do MRE) e variações relevantes dos preços de mercado de energia.

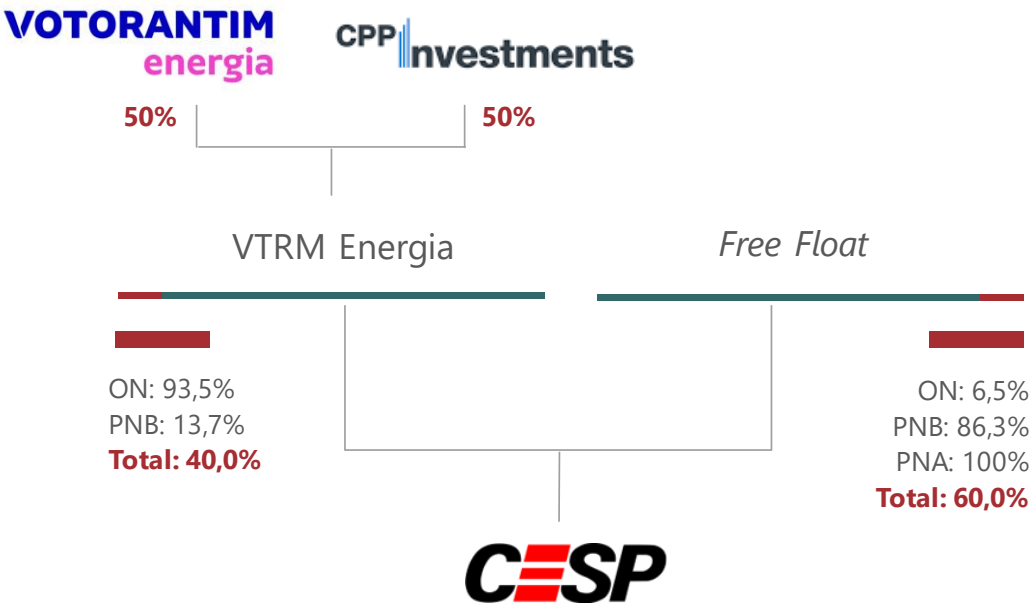
Adicionalmente, a CESP detém, neste momento, uma considerável posição de caixa e reitera que não há obrigações financeiras relevantes vincendas nos próximos anos.

Por fim, informamos que até o presente momento, a CESP não teve impacto material em suas operações e liquidação de direitos e obrigações por conta do COVID-19. Entretanto, considerando que estamos expostos a riscos operacionais decorrentes da saúde de nossos colaboradores e terceiros, bem como estamos sujeitos a eventuais restrições legais e de mercado que possam ser impostas como decorrência do COVID-19, não é possível assegurar que não seremos impactados em nossas operações ou se nosso resultado será afetado por reflexos futuros que a pandemia poderá provocar.

PERFIL DA COMPANHIA

A CESP é uma empresa geradora de energia criada em 1966 pelo Governo do Estado de São Paulo com a fusão de 11 empresas paulistas de energia elétrica.

Em 19 de outubro de 2018, o leilão das ações da CESP teve como vencedor o Consórcio São Paulo Energia, constituído pela VTRM Energia Participações S.A. ("VTRM") e pela SF Ninety Two Participações Societárias S.A. ("SF 92"), resultado da parceria da Votorantim Energia com o fundo canadense Canada Pension Plan Investment Board (CPP Investments). Em 11 de dezembro de 2018, após a celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações com o Estado de São Paulo, a CESP passou a ser uma empresa de controle privado.



PARQUE GERADOR

A CESP detém a concessão de duas usinas de geração hidrelétrica sob contrato de concessão (UHE Porto Primavera – produção independente de energia e UHE Paraibuna) com um total de 16 unidades geradoras, 1.627 MW de potência e 935 MW médios de garantia física de energia.

As usinas estão instaladas nas bacias hidrográficas do Rio Paraná, no oeste do Estado de São Paulo, e do Rio Paraíba do Sul, no leste do Estado e compõem o seguinte parque gerador:

Ativos Operacionais



Porto Primavera

Potência: 1.540 MW

Garantia física: 887 MW médios

Concessão até abr/49 (Contrato celebrado em abril de 2019)

Município: Rosana (SP)

Área do reservatório: 2.040 km^2

Extensão da barragem: 10,2 km

Unidades geradoras: 14

Entrada em operação: 1999



Paraibuna

Potência: 87 MW

Garantia física: 48 MW médios

Concessão até mar/21

Município: Paraibuna (SP)

Área do reservatório: 177 km^2

Extensão da barragem: 0,5 km

Unidades geradoras: 2

Entrada em operação: 1978

Em maio de 2020, chegou ao termo final a concessão da **Usina Hidrelétrica Jaguari** e, conforme deliberado em Reunião do Conselho de Administração da CESP realizada em 28 de junho de 2019, a empresa decidiu pela não renovação da concessão dessa usina, que representava menos de 2% da sua energia assegurada total. Em novembro de 2020, a Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 409/2020 designou Furnas Centrais Elétricas S.A. como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica da Usina Hidrelétrica de Jaguari a partir de 1º de janeiro de 2021. A CESP operou a UHE de Jaguari, de junho a dezembro, via regime de cotas.

PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Geração (MW médios)

Usinas Hidrelétricas	4T20	4T19	Var. (%)	2020	2019	Var. (%)
Porto Primavera	965	1.020	-5,4%	985	987	-0,2%
Paraibuna	46	50	-8,0%	38	36	5,6%
Jaguari	5	4	25,0%	9	6	50,0%
Total	**1.016**	**1.074**	**-5,4%**	**1.032**	**1.029**	**0,3%**

A produção de energia elétrica nas usinas operadas pela CESP no 4T20 atingiu 1.016 MW médios, 5,4% inferior ao 4T19 quando atingimos 1.074 MW médios. Essa redução da produção ocorreu devido a fatores sistêmicos ligados às diretrizes de despacho praticada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) para o Sistema Interligado Nacional (SIN).

No 4T20 se acentuou o déficit hídrico nas regiões Sul e Sudeste do país com afluências próximas das piores sérias históricas. Esse cenário fez com que o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) autorizasse o ONS a despachar usinas termelétricas para garantir a segurança energética do país e, como consequência, a geração das usinas hidrelétricas foi reduzida para preservação dos níveis dos reservatórios. Dessa forma, o ONS implementou um menor despacho na UHE Porto Primavera com o objetivo de preservar o armazenamento das usinas a montante e os níveis para operação da hidrovia Tietê-Paraná, explorando uma maior geração da usina para o atendimento da ponta de carga do SIN.

Com relação à UHE Paraibuna, a programação de produção dessas usinas se dá em função do controle da vazão na bacia do rio Paraíba do Sul, com a definição pelo ONS da vazão defluente das usinas da cascata com o objetivo de atendimento às restrições hidráulicas da bacia. No final do 4T20 o ONS solicitou a redução da geração nas usinas de cabeceira da bacia do rio Paraíba do Sul em função do início do período chuvoso e do aumento da vazão do rio Paraíba do Sul.

Em 2020, a produção de energia pelas usinas da CESP ficou em linha com a verificada no ano de 2019 (aumento de 3 MWm) e foi influenciada por uma geração mais reduzida no primeiro semestre por conta da redução da carga do SIN devido aos efeitos da pandemia do COVID-19 e pela crise hídrica que se acentuou no segundo semestre, conforme comentado acima.

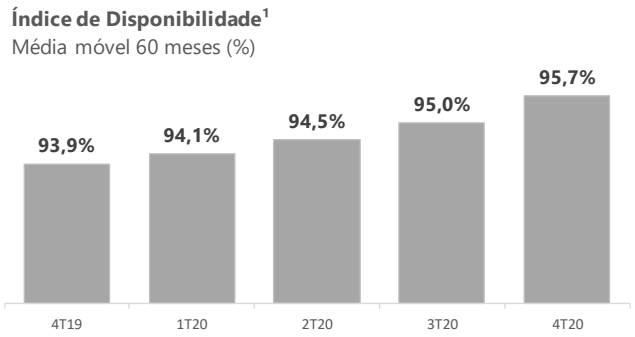
DISPONIBILIDADE

No 4T20, e consequentemente no fechamento de 2020, as usinas operadas pela CESP atingiram o índice de disponibilidade médio de 95,7%, valor superior ao 93,9% do 4T19 (fechamento de 2019), demonstrando de forma contínua a eficiente gestão da manutenção das usinas em 2020 e o bom desempenho operacional dos ativos de geração.

Segundo a Resolução Normativa ANEEL nº 614/2014, caso o índice de disponibilidade de uma usina hidrelétrica participante do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE") seja inferior ao índice de disponibilidade de referência considerado no cálculo da respectiva garantia física, a usina

estará sujeita à aplicação de mecanismo de redução da garantia física. Com essas premissas, este indicador torna-se o principal balizador para avaliar o desempenho das usinas hidrelétricas e principal ferramenta de acompanhamento para mitigação de riscos de impactos operacionais aos compromissos comerciais.

O índice de disponibilidade das usinas da CESP se mantém consistentemente superior aos valores de referência estabelecidos pela ANEEL e em trajetórias crescente, demonstrando a qualidade da operação e manutenção dos ativos operacionais e a adequada gestão dos riscos operacionais.



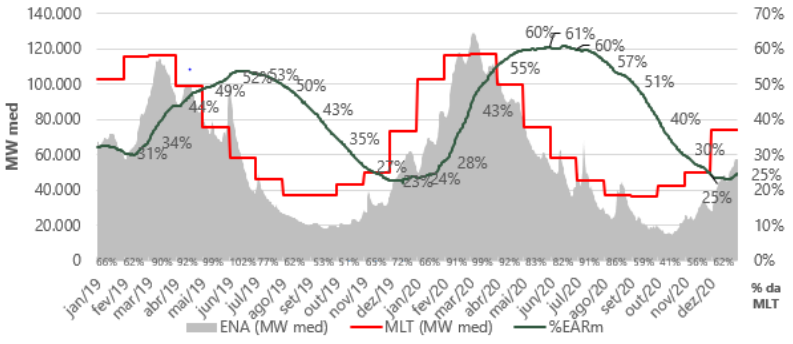
(1) Índice de disponibilidade é calculado por meio da Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada Apurada ("TEIFa") e da Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada ("TEIP"), regulamentados pela ANEEL.

MERCADO DE ENERGIA

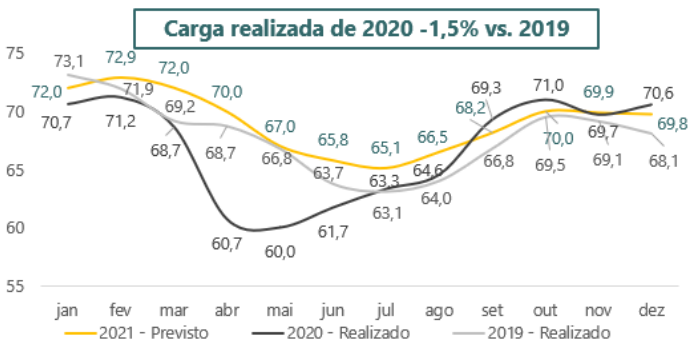
Em 2020 o mercado de energia, foi impactado pela pandemia do COVID-19. Durante o primeiro semestre do ano, diversos setores, de maneira direta ou indireta, tiveram o consumo reduzido, acarretando a queda de ~9% na carga do sistema em relação ao primeiro semestre de 2019.

O segundo semestre de 2020, deu início a recuperação, ainda que parcial, da atividade econômica, que, associada às altas temperaturas e o pior resultado da Energia Natural Afluente (ENA) dos últimos 88 anos, resultou no aumento dos preços de energia e na piora do GSF do 4T20. Com isso, o GSF realizado em 2020, foi de 80,3%.

ENA diária SIN (MW médio) e Energia Armazenada SIN (%)[1]



Evolução da Carga e Projeções ONS/EPE[1] (GW médio)



Fonte: CCEE | MLT: Média de Longo Termo; EAR: Energia Armazenada; SIN: Sistema Interligado Nacional

Importante destacar que o aumento da carga, combinado com as afluências abaixo da média histórica, contribuiu para o deplecionamento dos reservatórios no quarto trimestre do ano.

Em 2020, devido ao consumo no período de pico do isolamento decorrente do COVID-19 no Brasil (abril a junho), ter ocorrido abaixo dos patamares de 2019, o consumo de 2020 ficou 1,5% abaixo, em relação a 2019. Para 2021, de acordo com a ONS, a previsão de carga será de 69 GW médios, 3,4% superior a carga de 2020

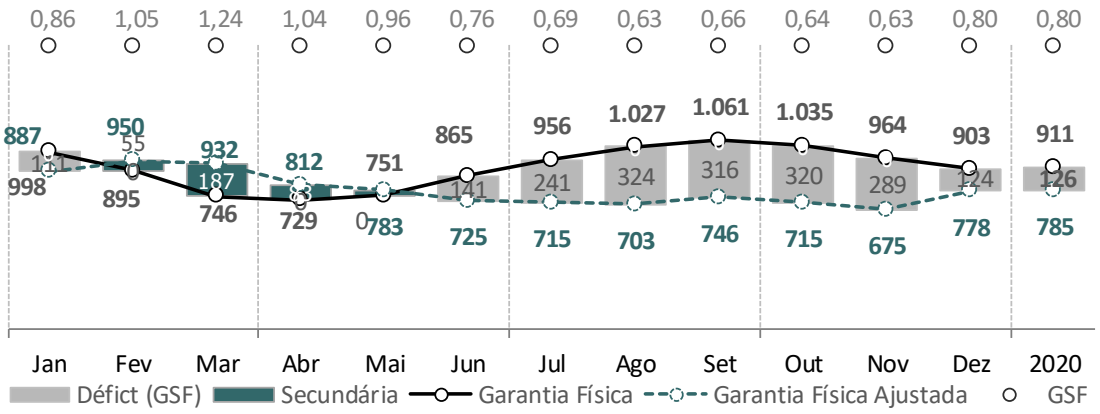
A atenção em 2021 permanecerá focada nos impactos financeiros da pandemia do COVID-19 para todo o setor de energia e na evolução da hidrologia durante a estação chuvosa, dados os baixos níveis dos reservatórios.

ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO

A estratégia da Companhia para comercialização de energia está pautada por um planejamento minucioso e gestão proativa da comercialização de energia e do balanço energético, buscando gerar valor e mitigar o risco hidrológico.

No gráfico abaixo, mostramos nossa curva de sazonalização da garantia física para 2020 e a curva de sazonalização ajustada pelo GSF.

Garantia Física Bruta e Garantia Física Ajustada (MW médio)

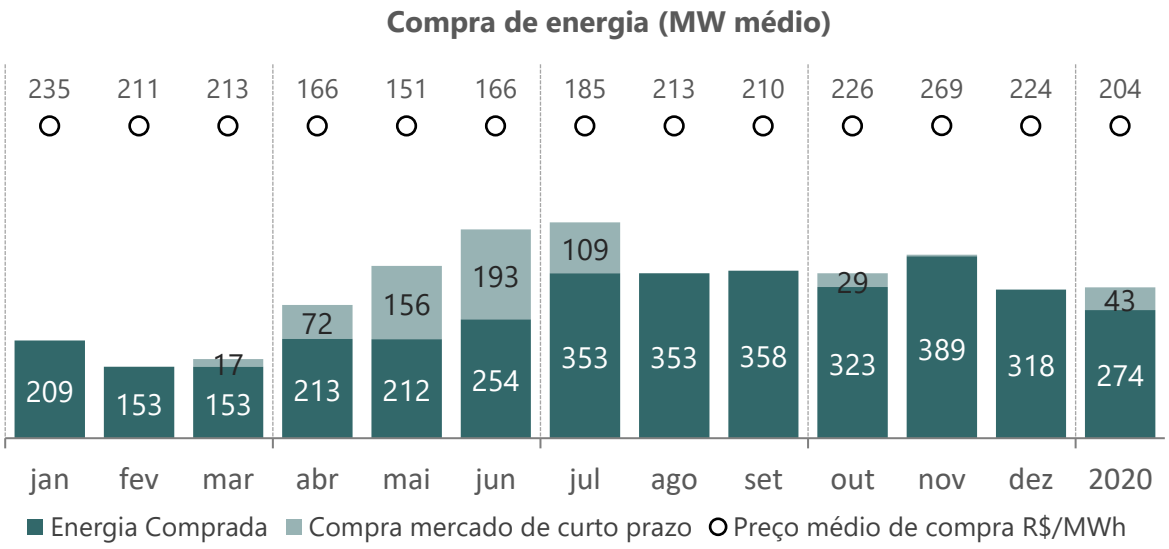


Em decorrência das revisões de garantia física e o efeito negativo do GSF, a CESP apresentava, no início de 2020, um balanço energético deficitário. Para a equalização do balanço, a Companhia atuou de forma estratégica com o objetivo de otimizar os resultados e reduzir a exposição ao risco hidrológico.

Em 2020, foram adquiridos 317 MW médios de energia ao preço médio de R$204/MWh[1], 29% acima do volume comprado em 2019 (245 MW médios), a um preço médio 17% abaixo de 2019 (R$247/MWh[1]).

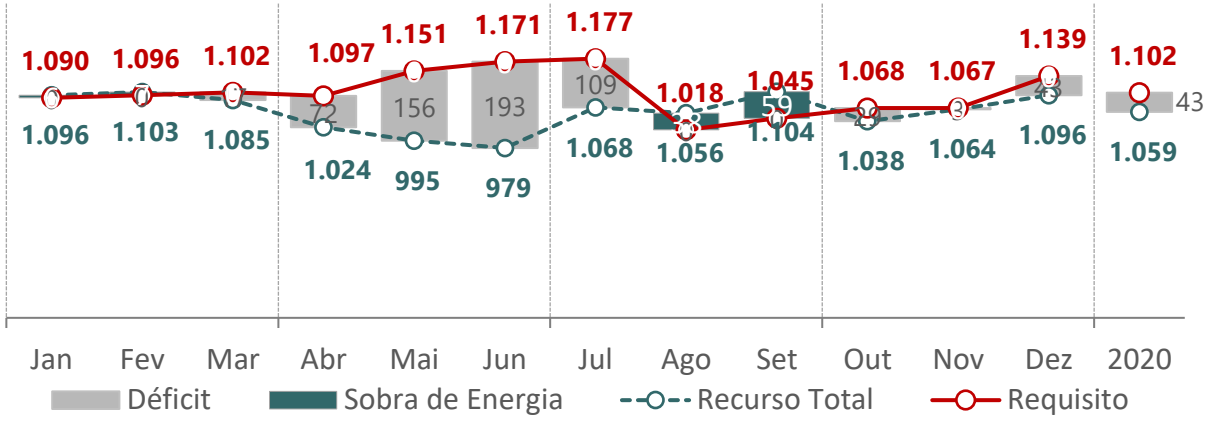
Para o ano de 2021, a companhia adquiriu, aproximadamente, 90% da energia necessária para cobrir o déficit energético, aproveitando as janelas de oportunidade que se apresentaram durante o ano de 2020.

(1) Incluindo o montante energético liquidado na CCEE a PLD



A estratégia de otimização do balanço energético considerou as melhores oportunidades de mercado, com o objetivo de mitigar riscos de preço (PLD) e evitar a exposição financeira positiva na CCEE, dada a inadimplência sistêmica.

O balanço energético da CESP, ao final de 2020, apresenta-se conforme ilustrado abaixo.



Em decorrência do cenário que se instalou no país com a pandemia do COVID-19 e, procurando preservar as melhores relações contratuais e comerciais com seus clientes, a CESP renegociou contratos em um volume energético consolidado inferior a 1% do total da energia vendida para 2020. Os efeitos dessa negociação geram uma pequena redução no volume vendido para o ano.

Importante ressaltar que as negociações têm contrapartidas futuras, de tal forma que os efeitos financeiros assumidos pela CESP em 2020 foram compensados sem prejuízo econômico decorrente da negociação.

CESP COMERCIALIZADORA

Em janeiro de 2020, a Companhia iniciou as operações da CESP Comercializadora e ingressou no mercado de *trading* de energia, dentro de limites de risco pré-estabelecidos. Tais operações são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem à definição de instrumentos financeiros por valor justo.

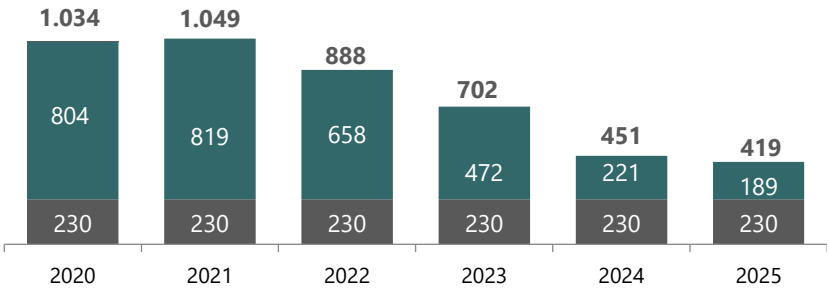
A CESP Comercializadora tem como objetivo a promoção de uma gestão mais otimizada do balanço energético da CESP, uma melhor gestão dos riscos hidrológicos e de mercado e um aperfeiçoamento da estratégia comercial da Companhia, com o desenvolvimento de novos clientes, mercados e oportunidades.

CLIENTES

Os contratos de venda da CESP no mercado livre foram celebrados, em sua maioria, entre os anos de 2003 e 2015 e são corrigidos pela inflação ou dólar. Adicionalmente, alguns contratos possuem cláusulas de flexibilidade, ou seja, há limites mínimos e máximos que são aplicados aos volumes mensais sazonalizados e ao volume consolidado do ano.

Os contratos no mercado regulado tiveram início em 2009 e 2010, vigentes até 2038 e 2039, com volume de 230 MW médios e são corrigidos pela inflação. A partir de 2023, o volume de energia vendida é substancialmente menor e, a partir de 2026, a Companhia não possui energia vendida no mercado livre.

Portfólio de Clientes - gestão do ativo
(MW médio)



Em função de boas oportunidades de mercado e em linha com a estratégia de longo prazo, a CESP celebrou novos contratos de venda de energia para o período a partir de 2023.

É importante destacar que a Companhia implementou uma estratégia de *hedge* com a finalidade de mitigar a exposição cambial da receita proveniente de contratos de venda de energia indexados ao dólar, utilizando o instrumento financeiro *Non-Deliverable Forwards* ("NDF"). Mais detalhes sobre essa estratégia na página 16 deste documento.

Em 2020 o preço médio no mercado regulado (distribuidoras) ficou em R$250/MWh, um aumento de ~4,4% em relação a 2019 devido, principalmente, a cláusulas de reajuste contratual, conforme detalhes abaixo:

Data início	Data fim	Vlume (MW médio)	Preço bruto início (R$/MWh)	Preço bruto 2020 (R$/MWh) (1)
01/01/2009	31/12/2038	83	125 (2)	259
01/01/2010	31/12/2039	152	116 (3)	230
Total		**235**	**119**	**250**

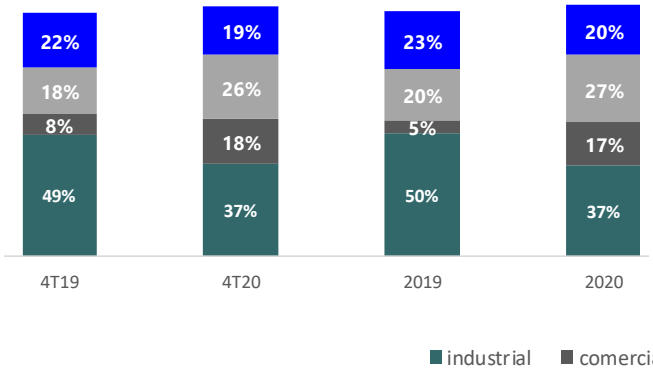
(1) Preços corrigidos pelo IPCA. | | (2) Data base de início 29/06/2006. | (3) Data base de início 16/12/2005

Como forma de mitigar sua exposição ao risco hidrológico, a CESP repactuou em 2016 o montante de 230 MW médios contratados até 2028 montante relativo aos contratos no mercado regulado. Desta forma, esta parcela da sua garantia física está protegida das oscilações do GSF.

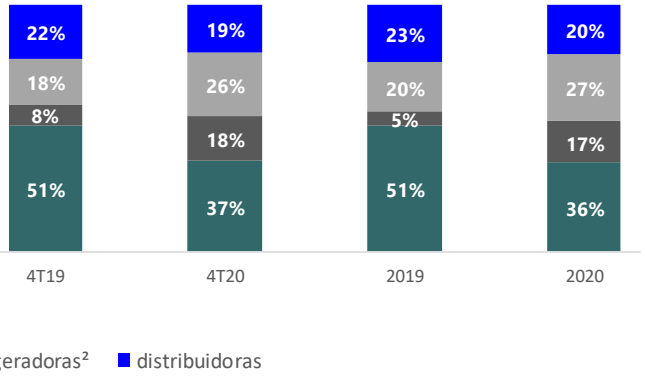
O preço médio corrigido dos contratos no mercado livre foi R$210/MWh, aumento de 10% em relação ao ano de 2019 (R$191 MWh) decorrente de reajustes de preço nos contratos, correções monetárias e condições contratuais que permitem a flexibilidade na alocação da energia.

Os clientes livres (industrial, comercializadoras e geradoras) representaram 81% do volume de vendas no 4T20 e 78% no 4T19, aumento decorrente do maior volume de venda para comercializadoras, alinhada com a estratégia de equacionamento do balanço energético da Companhia e consagrando o primeiro ano da CESP Comercializadora. Em 2020, os clientes livres representavam 80% das vendas.

Perfil dos Clientes na Receita[1] (%)
(Em R$)



Perfil dos Clientes nas Vendas[1] (%)
(Em MWh)





(1) Exclui resultados associados à CCEE | (2) Considera geradoras com comercializadoras integrados.

RECEITA OPERACIONAL

A Receita Operacional Líquida no 4T20 totalizou R$501 milhões, aumento de R$68 milhões (+14%) em relação aos R$433 milhões do 4T19, majoritariamente decorrente de:

- **Comercializadoras:** Aumento de R$58 milhões decorrente, principalmente: (i) das condições contratuais previamente acordadas com as contrapartes (sazonalização de energia vendida); (ii) liquidação de saldo junto a CCEE no montante de ~R$17 milhões decorrente,

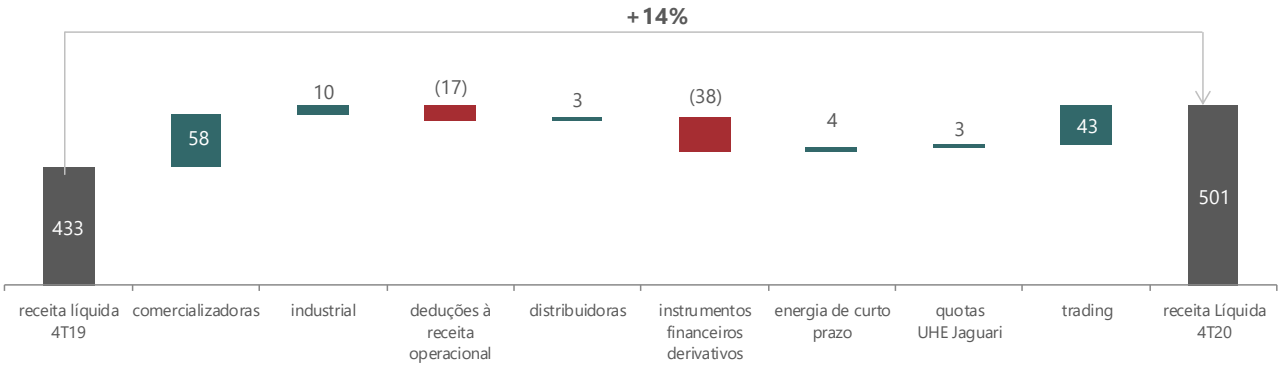
principalmente, do ressarcimento de R$ 14 milhões pelo deslocamento hidráulico (GEFOM geração fora da ordem de mérito) e; (iii) pela atualização dos contratos indexados ao dólar.

- ***Trading*:** início das operações de *trading* pela CESP Comercializadora, com receita de R$43 milhões no 4T20.
- **Industrial:** Aumento de R$10 milhões do volume de venda em função das condições contratuais previamente acordadas com as contrapartes (flexibilidade, sazonalidade).
- **Energia de curto prazo:** Aumento de R$4 milhões devido a nova estratégia de equalização do balanço energético da Companhia.
- **Distribuidoras:** Aumento de R$3 milhões decorrente de cláusula de reajuste contratual.

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

- **Instrumentos Financeiros de Derivativo:** Despesa de R$38 milhões pela variação do dólar no período na liquidação de instrumentos financeiros derivativos para proteção da exposição cambial dos contratos do mercado livre, indexados ao dólar.

Receita Operacional Líquida 4T19 vs. 4T20 (R$ milhões)



A Receita Operacional Líquida em 2020 totalizou R$1,9 bilhão, aumento de R$346 milhões (+22%) em relação a 2019, majoritariamente decorrente de:

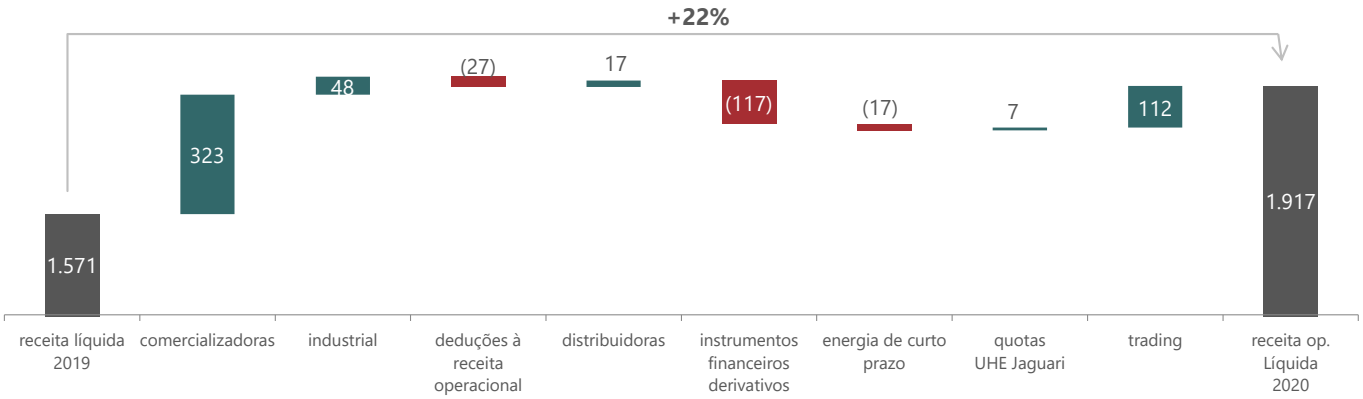
- **Comercializadoras:** Aumento de R$323 milhões decorrente, principalmente: (i) das condições contratuais previamente acordadas com as contrapartes (sazonalização de energia vendida); (ii) liquidação de saldo junto a CCEE no montante de ~R$57 milhões e (iii) pela atualização dos contratos indexados ao dólar.
- ***Trading*:** início das operações de *trading* pela CESP Comercializadora, com receita de R$112 milhões em 2020.
- **Distribuidoras:** Aumento de R$17 milhões decorrente de cláusula de reajuste contratual.

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

- **Instrumentos de Derivativo:** Despesa de R$117 milhões pela variação do dólar no período na liquidação de instrumentos financeiros derivativos para proteção da exposição cambial dos contratos do mercado livre, indexados ao dólar.

- **Energia de curto prazo:** Redução de R$17 milhões devido a nova estratégia de equalização do balanço energético da Companhia combinada com uma gestão otimizada dos recebíveis na CCEE em decorrência da inadimplência sistêmica.

Receita Operacional Líquida 2019 vs. 2020 (R$ milhões)



Instrumentos Financeiros Derivativos

A CESP possui contratos de venda de energia indexados ao dólar. Com a finalidade de mitigar a exposição cambial proveniente desses contratos a Companhia implementou uma estratégia de *hedge* utilizando o instrumento financeiro de *Non-Deliverable Forward ("NDFs")* e contabilizados como *hedge accounting*. A estratégia tem o objetivo de proteger aproximadamente 95% da exposição cambial no período. A tabela a seguir reflete a posição dos instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2020:

NDFs	Notional (USD milhões)	Taxa média cambial a termo (R$)	Valor justo (R$ milhões)
2020[1]	11	4,30	(10)
2021	111	4,36	(95)
Total	**122**	**4,36**	**(105)**

Os valores justos dos instrumentos de *hedge* serão reconhecidos no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou seja liquidada. Após efetiva liquidação, os ganhos ou perdas serão reconhecidos na receita. Mais detalhes vide nota explicativa 28 da DF 2020.

(1) Valor liquidado em 04/01/2021.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

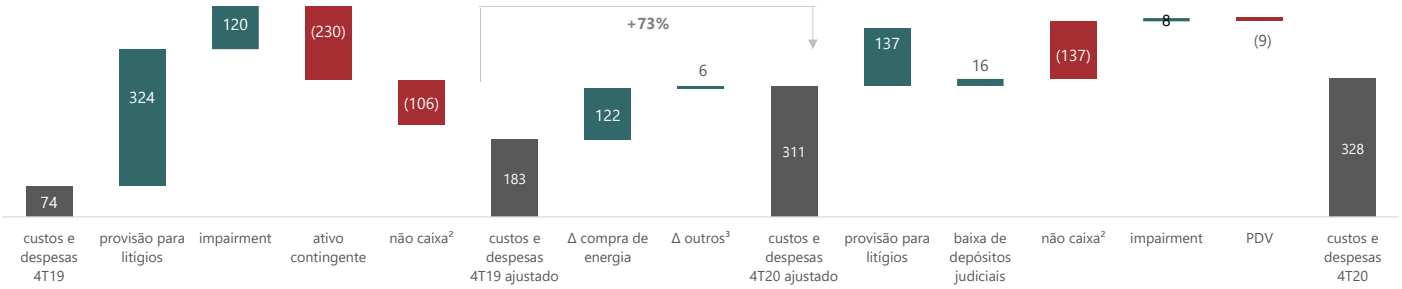
Os custos e despesas operacionais totalizaram R$328 milhões no 4T20 frente a R$74 milhões registrada no 4T19, aumento de R$255 milhões na comparação dos períodos.

Em ambos os trimestres houve efeitos não recorrentes e não caixa, conforme descritos a seguir:

- **Reversão de provisão de litígios:** No 4T20, ocorreu uma reversão de provisão no montante de R$137 milhões em linha com a estratégia processual de redução do contingente passivo. No 4T19 houve reversão no montante de R$324 milhões.
- **Programa de Demissão Voluntária:** No 4T20, houve o impacto de despesas, não recorrentes, de R$9 milhões referente a gastos médicos remanescentes dos ex-funcionários que aderiram ao programa de Demissão Voluntário ("PDV") de 2019 acrescido de novos acordos firmados.
- **Baixa de depósitos judiciais**: No 4T20, foi reconhecida a despesa de R$16 milhões referente a baixa de depósitos judiciais levantados pelas contrapartes sem o reconhecimento no resultado à época, identificados no processo de conciliação dos depósitos judiciais. Cabe ressaltar, que essa contabilização é resultado do avanço no processo de análise criteriosa do contencioso passivo e dos depósitos judiciais correspondentes aos processos.
- ***Impairment*:** No 4T20 a reversão de *impairment* do ativo imobilizado foi de R$8 milhões, frente aos R$120 milhões registrados no 4T19. Importante destacar que em 2019 como resultado do teste anual de *impairment,* foi constatado que o valor contábil da UHE Jaguari se encontrava acima do seu valor justo, sendo reconhecido perda, enquanto a UHE Porto Primavera apresentou recuperação de seu valor, frente à provisão contabilizada até 2018.
- **Efeitos não caixa:** Inclui depreciação/amortização, provisões de almoxarifado e a marcação a mercado de contratos futuros de energia. No 4T20 o montante não caixa foi de R$137 milhões explicado pela depreciação e amortização de R$102 milhões e pela marcação a mercado de contratos futuros de energia de R$35 milhões. No 4T19 os efeitos não caixa somaram R$115 milhões, explicado, principalmente, pelo valor de depreciação e amortização no período.

Excluindo os efeitos não recorrentes e não caixa, os custos e as despesas operacionais no 4T20 totalizaram R$311 milhões, aumento de 73% em relação ao 4T19, quando reportou R$183 milhões.

Custos e Despesas 4T20 vs. 4T19 (R$ milhões)



(2) Considera depreciação/amortização e provisão (reversão) para redução ao valor realizável de almoxarifados, provisão para PIS/COFINS sobre depósitos judiciais e MtM de energia. | (3) Desconsidera custos com energia comprada.

- **Energia comprada:** Aumento de R$122 milhões em relação ao 4T19, decorrente, principalmente, da compra de energia para as operações de *trading* no montante de R$40 milhões no 4T20 e da estratégia de sazonalização com menor alocação da garantia física no 4T20 vs. 4T19, em linha com a estratégia de gestão do balanço energético.
  No 4T20 foram adquiridos 343MW médios, 40% acima do volume comprado no 4T19 (245 MW médios) a um preço médio de R$240/MWh, 2% superior ao preço do mesmo período de 2019 (R$235/MWh).

Vale destacar que diversas frentes de iniciativas para ganhos de eficiência operacional e racionalização de custos e despesas foram tomadas pela Companhia.

- **Pessoal e Administradores**: No 4T20 os gastos com pessoal e administradores atingiram R$20 milhões, redução comparada ao 4T19 (R$25 milhões), demonstrando o foco da Companhia na disciplina de custos e despesas.
- **Serviços de terceiros, materiais e aluguéis:** Aumento de 23%, explicado, principalmente pelo maior gasto com serviços de terceiros decorrente de contratação de consultorias especializadas para o avanço na transformação digital e agenda ESG da CESP.

Os custos e despesas operacionais totalizaram R$1.104 milhões em 2020, mesmo patamar do valor de R$ 1.088 registrado em 2019. Em ambos os anos houve efeitos não recorrentes ou não caixa, conforme descritos a seguir:

- **Reversão de provisão de litígios:** Em 2020, ocorreu uma reversão de provisão no montante de R$267 milhões em linha com a estratégia processual de redução do contingente passivo. Em 2019 houve reversão no montante de R$332 milhões.
- **Efeitos não recorrente:** inclui: **(i) Programa de Demissão Voluntária:** Em 2020, houve o impacto de despesas, não recorrentes, de R$15 milhões referente a gastos médicos remanescentes dos ex-funcionários que aderiram ao programa de Demissão Voluntário ("PDV") de 2019 acrescido de novos acordos firmados. Em 2019 os gastos com PDV somam R$ 111 milhões e incluem os dois programas ocorridos durante o ano. **(ii) Impairment:** Em 2020 a reversão de *impairment* do ativo imobilizado foi de R$8 milhões, frente aos R$120 milhões registrados em 2019. (iii) **Ativo contingente:** ajuste de ativo contingente de Ilha Solteira e Jupiá no valor de R$230 milhões realizado em 2019, decorrente do reconhecimento

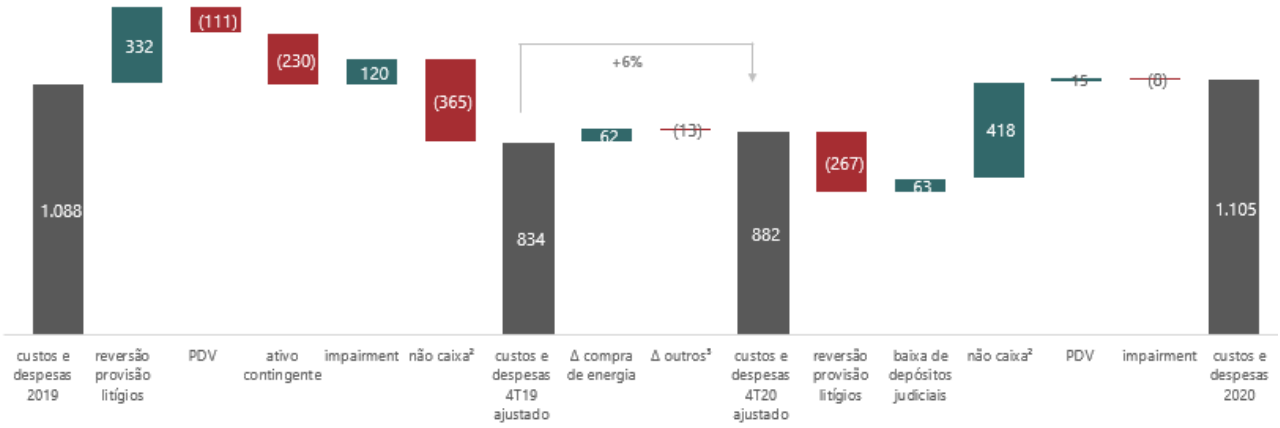
no balanço da Companhia dos valores a serem indenizados, conforme portaria do MME nº458/2015.

- **Efeitos não caixa:** Inclui depreciação/amortização, provisões de almoxarifado e a marcação a mercado de contratos futuros de energia. Em 2020 o montante foi de R$419 milhões explicado pela depreciação de R$397 milhões e pela marcação a mercado de contratos futuros de energia de R$21 milhões. Em 2019 os efeitos não caixa somaram R$380 milhões, explicado, principalmente, pelo valor de depreciação e amortização no período.
- **Baixa de depósitos judiciais**: Em 2020, foi reconhecida a despesa de R$63 milhões referente a baixa de depósitos judiciais levantados pelas contrapartes, identificados no processo de conciliação dos depósitos judiciais. Cabe ressaltar, que essa contabilização é resultado do avanço no processo de análise criteriosa do contencioso passivo e dos depósitos judiciais correspondentes aos processos.

Excluindo os efeitos não recorrentes e não caixa, os custos e as despesas operacionais em 2020 totalizaram R$882 milhões, aumento de 8% em relação a 2019, quando reportou R$834 milhões.

- **Energia comprada:** Aumento de R$62 milhões em relação a 2019, decorrente, principalmente, da compra de energia para operações de *trading* no montante de R$83 milhões em 2020 que, quando excluídas, reduzem em 4% o custo de compra de energia, demonstrando a gestão assertiva na equalização do balanço energético, com o volume 29% acima de 2019 e o preço médio 17% inferior.
- **Pessoal e Administradores**: Em 2020 os gastos com pessoal e administradores atingiram R$77 milhões, redução de 32% em relação a 2019, decorrente do ajuste do quadro de funcionários com a mudança no perfil profissional, acompanhada pela reformulação de metas, avaliação de desempenho, desenvolvimento e capacitação profissional.
- **Serviços de terceiros, materiais e aluguéis:** Em 2020 somou R$38 milhões, redução de 28% em relação a 2019, destaque para o foco na disciplina de custos.

Custos e Despesas 2020 vs. 2019 (R$ milhões)



(2) Considera depreciação/amortização e provisão (reversão) para redução ao valor realizável de almoxarifados, provisão para PIS/COFINS sobre depósitos judiciais e marcação a mercado contratos futuros de energia. | (3) Desconsidera custos com energia comprada.

EBITDA

EBIT / EBITDA CONSOLIDADO - R$ mil	4T20	4T19	Var. (%)	2020	2019	Var. (%)
Lucro líquido	**1.595.676**	**1.333.115**	**20%**	**1.728.762**	**1.163.014**	**49%**
IR e CSLL líquidos[1]	(1.593.894)	(1.033.200)	54%	(1.471.964)	(1.026.528)	43%
Resultado financeiro	170.719	59.317	188%	555.928	346.876	60%
= EBIT	**172.501**	**359.232**	**-52%**	**812.726**	**483.362**	**68%**
Depreciação / amortização	101.682	112.145	-9%	397.329	379.565	5%
EBITDA	**274.183**	**471.377**	**-42%**	**1.210.055**	**862.927**	**40%**
PDV	9.037	336	n.m.	14.998	111.082	-86%
Reversão provisão para litígios	(137.404)	(324.463)	-58%	(266.644)	(331.952)	-20%
Ajuste ativo contingente - Jupiá e Ilha Solteira	-	230.040	n.m.	-	230.040	n.m.
Baixa de depósitos judiciais	16.478	-	n.m.	63.284	-	n.m.
Reversão de impairment	(7.589)	(120.405)		(7.589)	(120.405)	
EBITDA ajustado	**154.705**	**256.885**	**-40%**	**1.014.104**	**751.692**	**35%**
Margem EBITDA ajustado	31%	59%	-28 p.p.	53%	48%	5 p.p.

(1) 4T20: IR e CSLL líquidos resultado de R$64 milhões de imposto corrente e R$1.530 milhões de diferido, sendo R$17 milhões de saída de caixa. 2020: R$25 milhões de imposto corrente e R$1.496 milhões de diferido e saída de caixa R$73 milhões.

O EBITDA ajustado totalizou R$155 milhões no 4T20 com margem de 31%, valor 40% abaixo do que o mesmo período de 2019. As variações do EBITDA ajustado podem ser explicadas, principalmente: (i) aumento no custo de energia do 4T20 em relação ao 4T19, decorrente do aumento das compras pela estratégia de sazonalização do balanço energético do período e, (ii) pela marcação a mercado das operações de trading.

Em 2020, 0 EBITDA ajustado totalizou R$1.014 milhões com margem de 53%, valor 35% acima de 2019. As variações do EBITDA ajustado são explicadas por uma gestão ainda mais eficiente do balanço energético neste ano comparado ao ano anterior conforme endereçada no tópico "Estratégia de Comercialização" deste relatório e pela continuidade de ganhos na gestão de custos e despesas.

RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro – R$ mil	4T20	4T19	Var. (%)	2020	2019	Var. (%)
Receitas financeiras	**4.738**	**11.265**	**-58%**	**29.742**	**74.438**	**-60%**
Despesas financeiras	**(175.457)**	**(70.582)**	**149%**	**(585.670)**	**(421.314)**	**39%**
Encargos de dívida	(60.763)	(30.627)	98%	(130.084)	(142.715)	-9%
Provisão para litigios	(89.314)	(46.535)	92%	(315.757)	(272.245)	16%
Baixas de depósitos judiciais	(1.745)	-	n.m.	(23.652)	-	n.m.
Variações cambiais, líquidas	-	319	n.m.	-	(2.809)	n.m.
Outras despesas financeiras	(23.635)	6.261	n.m.	(116.177)	(3.545)	n.m.
Resultado financeiro	**(170.719)**	**(59.317)**	**188%**	**(555.928)**	**(346.876)**	**60%**

O resultado financeiro líquido no 4T20 registrou despesa de R$171 milhões comparado a despesa de R$59 milhões apresentada no 4T19. O aumento na comparação trimestral pode ser explicado principalmente, por:

- **Atualização do saldo de provisão para litígios:** Aumento de R$43 milhões, decorrente da atualização do saldo de provisão para litígios, que possuem majoritariamente o IGPM como indexador.
- **Outras despesas financeiras:** Aumento de R$30 milhões, principalmente: (i) pela atualização do saldo do passivo atuarial (CPC 33) no montante de R$15 milhões e (ii) ajuste a valor presente do reconhecimento inicial em 2019 da provisão para obrigações socioambientais com variação de R$ 13 milhões.
- **Encargos de dívidas:** Aumento de R$30 milhões decorrente do aumento do índice de correção monetária da dívida no período.

O resultado financeiro líquido de 2020 registrou despesa de R$556 milhões comparado a despesa de R$347 milhões apresentada de 2019. A variação pode ser explicada principalmente, por:

- **Outras despesas financeiras:** Aumento de R$113 milhões, principalmente: (i) pela atualização do saldo do passivo atuarial (CPC 33) no montante de R$60 milhões; (ii) pelo pagamento do prêmio de liquidação antecipada da 11ª Debênture no montante de R$11 milhões e baixa proporcional do custo de captação no montante de R$14 milhões e (iii) ajuste a valor presente do reconhecimento inicial em 2019 da provisão para obrigações socioambientais com variação de R$ 19 milhões.
- **Receitas financeiras:** Redução de R$45 milhões decorrente do menor nível do CDI que corrige as aplicações da Companhia.
- **Atualização do saldo de provisão para litígios:** Aumento de R$43 milhões, decorrente da atualização do saldo de provisão para litígios, que possuem majoritariamente o IGPM como indexador.
- **Baixa de depósitos judicias:** Despesa de R$24 milhões referente a reversão de correção monetária sobre depósitos judiciais levantados pelas contrapartes.
- **Encargos de dívidas:** Redução de R$13 milhões devido, principalmente, a redução dos juros apropriados durante o ano de 2020, pela diminuição do CDI médio.

IMPOSTO DE RENDA (IR) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL)

Os valores de IR e CSLL ("impostos") do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos obedecem ao regime de competência e são apurados conforme a legislação vigente. A Companhia adota o regime de lucro real anual com pagamento por estimativa mensal, o que pode gerar um descasamento entre o pagamento e a apuração do imposto, sendo ajustado na apuração anual do IR e CSLL.

Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis foram **100% reconhecidos** no 4T20, de acordo com probabilidade de realização de lucros futuros. O reconhecimento é oriundo, principalmente, do prejuízo fiscal (base negativa) e provisão de *impairmen*t, provisão para litígios e provisão de ativos, realizado conforme norma contábil, uma

vez que a Instrução CVM 371/2002, que limitava em 10 anos o reconhecimento, foi revogada em 2020. Importante destacar que todas as compensações ocorrerão dentro do prazo da concessão da UHE de Porto Primavera, conforme expectativa da Companhia, de geração de lucros tributáveis futuros.

A Companhia possui saldo de R$3,8 bilhões referente à impostos diferidos ativos sobre prejuízo fiscal e base negativa e diferenças temporárias contabilizados em seu balanço em 31 de dezembro de 2020. Não há mais saldo a ser reconhecido.

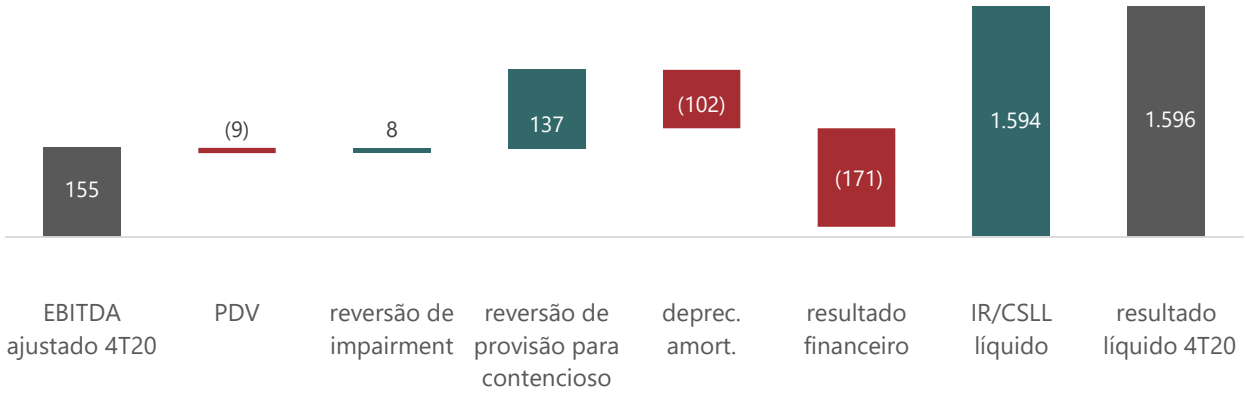
O resultado com IR e CSLL no 4T20 foi de R$1,6 bilhão, sendo R$63 milhões referente a reversão de IR e CSLL correntes, devido a compensação do IR retido na fonte pela deliberação de R$150 milhões de JCP e constituição de R$1,5 bilhão de impostos diferidos ativos conforme teste de *impairment*. O valor pago de imposto no 4T20, calculado por estimativa, foi de R$17 milhões (caixa).

O resultado com IR e CSLL em 2020 foi de R$1,5 bilhão, sendo R$25 milhões referente ao IR e CSLL correntes, e constituição de R$1,5 bilhão de impostos diferidos ativos conforme teste de *impairment*. O valor pago de imposto em 2020, calculado por estimativa, foi de R$73 milhões (caixa).

Adicionalmente, os prejuízos fiscais poderão ser compensados, observado em cada período de apuração o limite de 30% do lucro real ou lucro tributável = EBT (*earnings before taxes*) +/- ajustes temporários e permanentes.

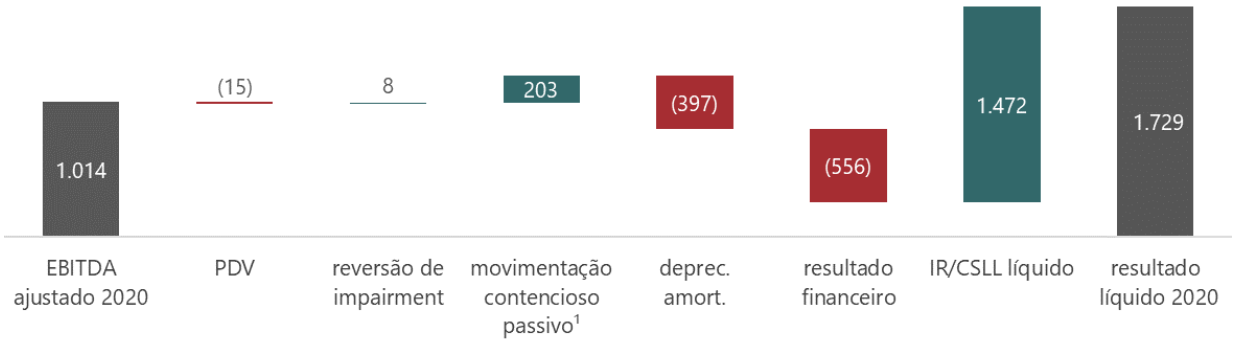
RESULTADO LÍQUIDO

O resultado líquido do 4T20 apresentou lucro de R$1,6 bilhão, contra um lucro de R$1,3 bilhão no 4T19. O gráfico a seguir apresenta os principais fatores que influenciaram o resultado líquido do 4T20, a partir do EBITDA ajustado do mesmo período (R$ milhões):



Com a revogação da ICVM nº 371/2002, que limitava em 10 anos o prazo máximo para a realização do ativo fiscal diferido a partir da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia constituiu o imposto diferido (IR/CSLL) de R$1,6 bilhão, valor que contempla 100% do prejuízo fiscal e base negativade anos anteiores, garantido pela norma contábil que não limita o período para ralização de impostos diferidos. Importante destacar que isso foi possível, uma vez que a realização de todo o IR/CSLL diferido será no período da concessão da UHE de Porto Primevera.

O resultado líquido de 2020 apresentou lucro de R$1,7 bilhão, contra um lucro de R$1,2 bilhão em 2019. Assim como no trimestre, o principal impacto no lucro deste ano é o reconhecimento do IR/CSLL diferido no montante de R$1,5 bilhão. O gráfico a seguir apresenta os principais fatores que influenciaram o resultado líquido de 2020, a partir do EBITDA ajustado do mesmo período (R$ milhões):

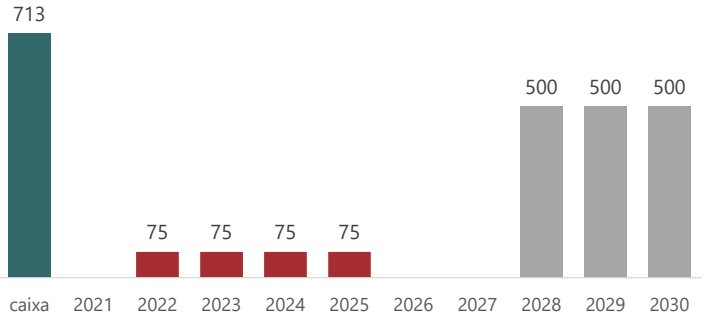


ENDIVIDAMENTO

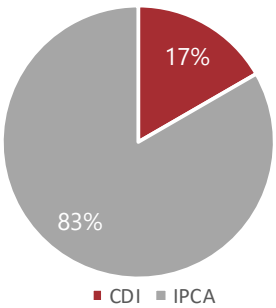
O endividamento bruto em 31 dezembro de 2020 era de R$1.826 milhões contra R$1.791 milhões ao final de 2019.

Como estratégia da gestão do endividamento, em agosto, a CESP captou R$ 1,5 bilhão pela emissão da 12ª Debênture de infraestrutura a uma taxa de IPCA + 4,30% a.a. e prazo de 10 anos. A captação foi realizada com o objetivo de pré-pagar, parcialmente, as debêntures emitidas no âmbito da 11ª Emissão, que, por sua vez, foram emitidas com a finalidade de financiar o pagamento da outorga de renovação da concessão da UHE Porto Primavera. Com essa operação a dívida da CESP teve um aumento de cinco anos no prazo médio, mantendo, porém, o custo médio, além de melhorar as condições contratuais de forma mais adequá-las ao novo perfil de crédito da CESP. Em 31 de dezembro de 2020, o prazo médio da dívida era de 7,8 anos.

Cronograma de Amortização
(R$ milhões)



Endividamento Bruto por indexador



A posição de caixa e equivalentes de caixa ao final de setembro 2020 era R$713 milhões contra R$741 milhões em dezembro de 2019. A dívida líquida em 31 de dezembro de 2020 era de R$1.216 milhões.

RATING

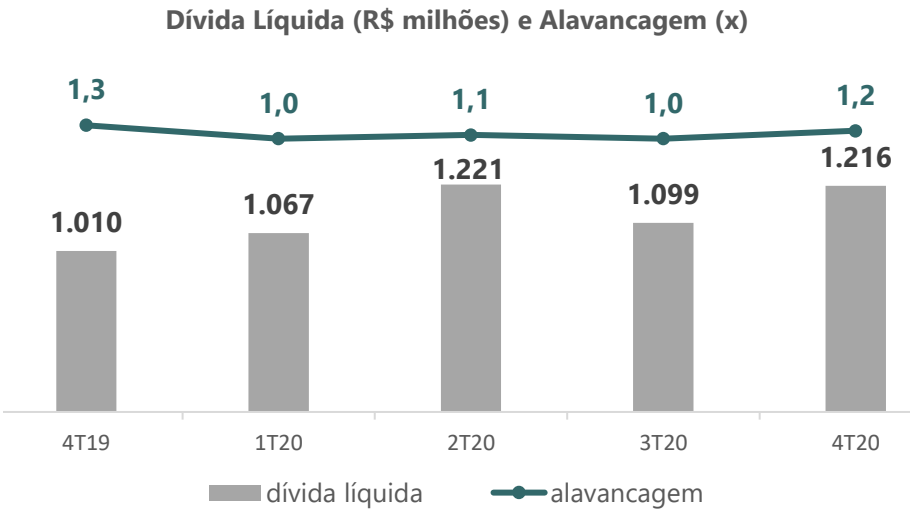
Em decorrência da revisão do rating soberano, em julho de 2020, a **Standard & Poor's** ("S&P") revisou a perspectiva do rating da CESP de positiva para estável, ao mesmo tempo que reafirmou os ratings 'BB- 'na escala global e 'brAAA'.

Em 29 de julho de 2020 a **Fitch** divulgou relatório comunicando a atribuição do rating corporativo da CESP em 'BB' na escala internacional, com perspectiva negativa e 'AAA (bra)' na escala nacional, com perspectiva estável, conforme demonstrado abaixo:

	Rating	Outlook	Revisão
FitchRatings	BB | AAA(br)	Negativo	Jul/2020
STANDARD &POOR'S	BB- | br.AAA	Estável	Jul/2020

ALAVANCAGEM

A alavancagem, medida pela relação entre dívida líquida e EBITDA ajustado, encerrou o ano de 2020 a 1,2x.



FLUXO DE CAIXA LIVRE

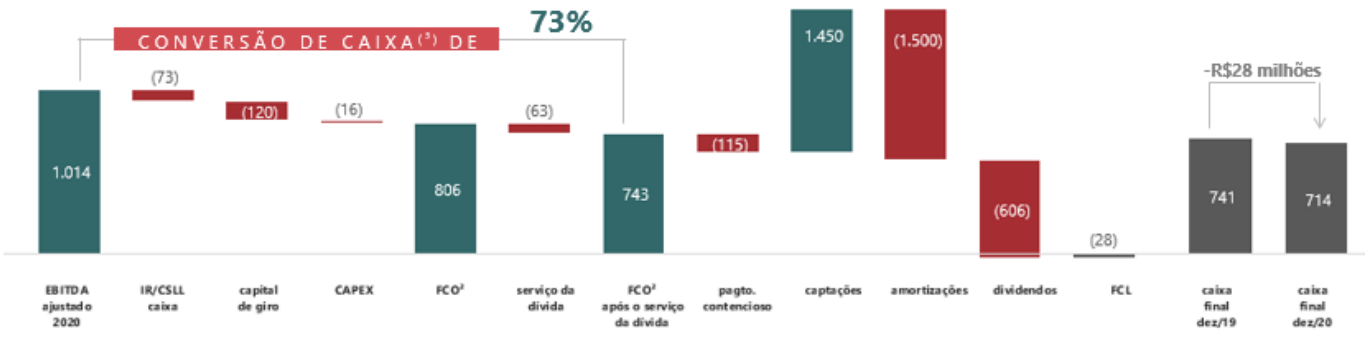
Fluxo de Caixa - R$ mil	4T20	4T19	Var. (%)	2020	2019	Var. (%)
EBITDA ajustado	154.705	257.032	-40%	1.014.104	751.839	35%
IR/CSLL caixa	(17.035)	-	n.m.	(72.546)	-	n.m.
Capital de giro	(26.654)	116.013	n.m.	(119.700)	92.614	n.m.
CAPEX	(5.535)	(4.544)	22%	(15.628)	(9.088)	72%
Fluxo de caixa operacional	**105.481**	**368.501**	**-71%**	**806.230**	**835.365**	**-3%**
Serviço da dívida	(5.497)	(69.085)	-92%	(63.092)	(139.955)	-55%
Fluxo de caixa operacional após o serviço da dívida	**99.984**	**299.416**	**-67%**	**743.138**	**695.410**	**7%**
Pagamento de litígio	(62.736)	(52.105)	4%	(115.231)	(229.231)	-50%
Captações	-	-	n.m.	1.450.167	1.777.982	(0)
Amortizações	-	(46.732)	n.m.	(1.500.033)	(217.736)	n.m.
Pagamento da outorga	-	-	n.m.	-	(1.398.703)	n.m.
Dividendos	(196.457)	-	38%	(606.101)	(297.164)	104%
Fluxo de caixa livre	**(159.191)**	**200.579**	**n.m.**	**(28.060)**	**330.558**	**n.m.**
Saldo de caixa inicial	872.593	540.865	61%	741.444	410.886	80%
Saldo de caixa final	713.384	741.444	-4%	713.384	741.444	-4%

No 4T20 foi gerado ~R$100 milhões de fluxo de caixa operacional após serviço da dívida, o que representa um índice de conversão de caixa[3] de ~65%.

A variação no fluxo de caixa operacional entre os trimestres decorre, principalmente, da queda no capital de giro composta: (i) pela inadimplência da CCEE; (ii) gastos com PDV; (iii) pagamento de PIS/COFINS postergado, conforme determinado nas Portarias nº139 e 245 do Ministério da Economia, em virtude da pandemia do Covid-19, parcialmente compensados pelo MtM negativo da comercializadora no 4T20 e pela movimentação dos depósitos judiciais decorrente da finalização de processos e substituição dos depósitos por outras modalidades de garantia. Importante destacar que no 4T19 houve o levantamento de depósito judicial que impactou positivamente o capital de giro em R$203 milhões.

O fluxo de caixa operacional após serviço da dívida em 2020 foi de R$743 milhões, o que representa um índice de conversão de caixa[2] de ~73%. O aumento de R$48 milhões em relação a 2019, deve-se principalmente, pela redução no capital de giro decorrente do maior PDV em 2019.

Fluxo de Caixa (R$ milhões)



(1) Exclui provisão para litígio, despesas com depósitos judiciais e PDV | (2) FCO=Fluxo de Caixa Operacional | (3) Conversão de caixa= (FCO após o Serviço da Dívida/EBITDA Ajustado

CAPEX

No 4T20 o capex da CESP foi de R$6 milhões e R$16 milhões em 2020, destinado majoritariamente para aquisição de equipamentos para as usinas hidrelétricas.

VIVEST

A Companhia patrocina o plano de aposentadoria aos seus empregados e ex-empregados através da VIVEST, entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela CESP. Os planos de benefícios foram constituídos na modalidade de plano de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD).

Na modalidade do plano CD, a Companhia faz contribuições fixas à VIVEST, não tendo obrigações legais de em caso de deficit atuarial.

Por sua vez, os planos BD estabelecem um valor de benefício fixo de renda vitalícia que um empregado receberá em sua aposentadoria. O plano de benefícios BD mais relevante da CESP é o BSPS (Benefício Suplementar Proporcional Saldado) constituído como resultado da negociação entre o Governo do Estado de São Paulo (ex-acionista controlador) e os sindicatos para viabilizar o processo de privatização das empresas de energia em 1997.

Os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano BD (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados conforme previsto no CPC 33 (R) / IAS 19 – Benefícios a Empregados.

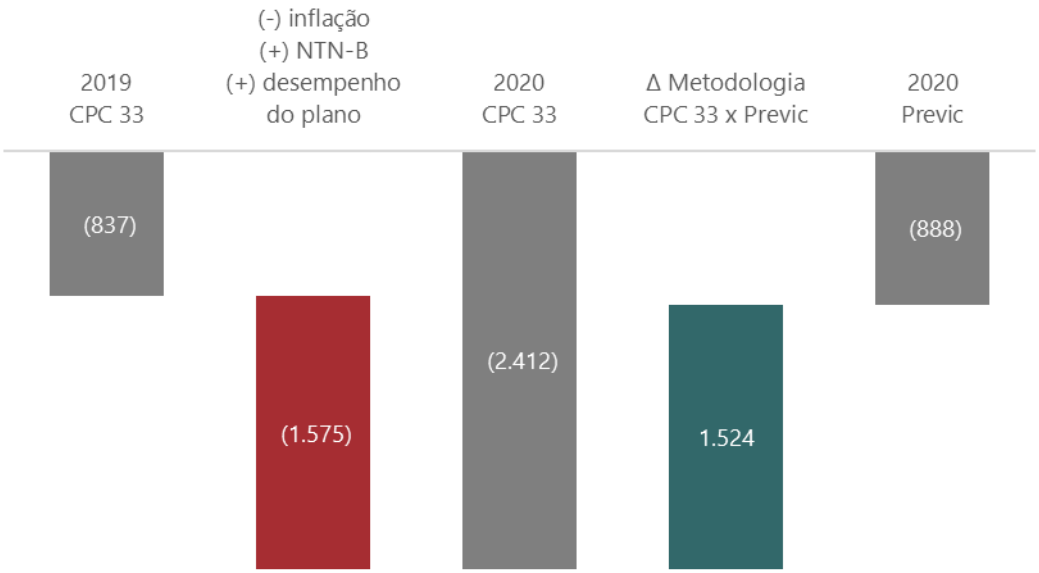
O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data das demonstrações financeiras, reduzido o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes". Esses ganhos e perdas atuariais são apurados no término de cada exercício com base no relatório de atuário independente.

Em paralelo a avaliação contábil, a PREVIC calcula os compromissos atuariais adotando a metodologia definida pela Resolução CNPC nº 30/2018 e Portaria PREVIC nº 300, de 12/04/2019. Essa metodologia difere do CPC 33 / IAS 19 principalmente em relação a: (i) cálculo do passivo atuarial, (ii) definição do ativo e (iii) taxas de desconto.

Em 2020 os efeitos de inflação e juros no passivo e meta autuarial, impactaram no valor justo contábil. As projeções do passivo foram impactadas pelo efeito de inflação (descolamento IGP-DI) e parcialmente compensadas pelo efeito positivo, em decorrência do aumento da taxa de desconto do passivo (NTN-B).

R$ milhões



Importante ressaltar que o déficit não representa, neste momento, uma dívida ou impacto caixa tanto pela metodologia contábil (CPC 33) quanto pela metodologia PREVIC. Esta metodologia PREVIC é a que define o cálculo da posição atuarial em questão e, portanto, define, eventuais necessidades de aportes por parte da CESP ao longo do tempo, caso se confirem posições deficitárias.

Foi aprovado em 16 de junho de 2020, pelo Conselho de Administração da CESP, medidas de adequação dos Planos VIVEST às práticas de mercado atuais, bem como as medidas de isonomia e mitigatórias de riscos inerentes aos Planos VIVEST, tudo em conformidade com os procedimentos e a regulamentação aplicável e vigente. Além de aprovadas pela CESP, as medidas já foram aprovadas também pelo conselho deliberativo da VIVEST, em 10 de dezembro de 2020, mas ainda dependem de aprovações junto à PREVIC, aguardadas para meados de 2021.

O valor final de eventual déficit, será recalculado pela metodologia Previc após conclusão das medidas mitigatórias, como por exemplo, a migração opcional de participantes do plano de benefício definido para o plano de contribuição definida.

PROVENTOS

O Estatuto Social da Companhia, prevê a distribuição do lucro líquido do exercício, após as deduções legais, conforme segue:

(i) Será destinado valor para pagamento do dividendo anual prioritário das ações Preferenciais A de 10%, do valor do capital social dessa classe;

(ii) Do saldo, será destinado o valor para pagamento de dividendo anual obrigatório às ações ordinárias (CESP3) e preferenciais B (CESP6) correspondente a 10% do valor do capital social representado por essas ações, o saldo a ser distribuído será rateado entre as duas classes de ação;

(iii) O saldo remanescente terá a destinação deliberada em Assembleia Geral, observadas as retenções permitidas em lei, sendo que, no caso de distribuição de saldo remanescente às ações ordinárias e preferenciais A e preferenciais B, se fará em igualdade de condições.

O Conselho de Administração aprovou em reunião de 16 de dezembro de 2020, a proposta de distribuição de **juros sobre capital próprio** (JCP) aos acionistas no **montante de R$150 milhões** (data ex-JCP 22 de dezembro de 2020), e em reunião de 11 de fevereiro de 2020, o Conselho aprovou a proposta de distribuição de **dividendos** aos acionistas **no montante de R$ 700 mihões** (data ex-dividendo será no dia 05 de abril de 2021). Com isso, atingimos um payout de 49% sobre o lucro líquido de 2020 e dividend yield de ~9% para as três classes de ações da CESP.

	JCP	DIVIDENDOS	JCP		DIVIDENDOS		Total	
	Quantidade de ações[1]		JCP bruto/ação	R$ mil	dividendo/ação	R$ mil	proventos/ação	R$ mil
ON (CESP3)	109.167.798	109.141.821	0,42648549	46.558	2,16980942	236.817	2,59629491	283.375
PNA (CESP5)	7.386.322	7.301.808	1,82454519	13.477	0,77174972	5.635	2,59629491	19.112
PNB (CESP6)	210.945.989	210.945.989	0,42648549	89.965	2,16980942	457.713	2,59629491	547.678
Total	**327.500.109**	**327.389.618**		**150.001**		**700.165**		**850.165**

A liquidação financeira de R$600 milhões ocorrerá em 15 de abril de 2021 e de R$250 milhões no dia 15 de setembro de 2021, conforme demonstrado abaixo:

Pagamento em 15 de abril de 2021						
	JCP		Dividends		Total	
	JCP bruto/ação	R$ mil	dividendo/ação	R$ mil	proventos/ação	R$ mil
ON (CESP3)	0,42648549	46.558	1,39454934	152.204	1,82103483	198.762
PNA (CESP5)	1,82454519	13.477	0,49600811	3.622	2,32055330	17.098
PNB (CESP6)	0,42648549	89.965	1,39454934	294.175	1,82103483	384.140
Total	-	**150.001**	-	**450.000**	-	**600.001**

Pagamento em 15 de setembro de 2021		
	Dividends	
	dividendo/ação	R$ mil
ON (CESP3)	0,77526008	84.613
PNA (CESP5)	0,27574162	2.013
PNB (CESP6)	0,77526008	163.538
Total	-	**250.165**

(1) Exclui ações em tesouraria

CONTINGÊNCIAS

Processos Judiciais Passivos

Atualmente, a Companhia é parte em processos judiciais que representam uma contingência passiva total de, aproximadamente, R$10 bilhões. É importante reforçar que a Companhia ainda mantém um procedimento de avaliação criteriosa do saldo de contencioso passivo, inclusive com a contratação de assessores jurídicos e financeiros externos, complementarmente à atuação de nossa equipe própria.

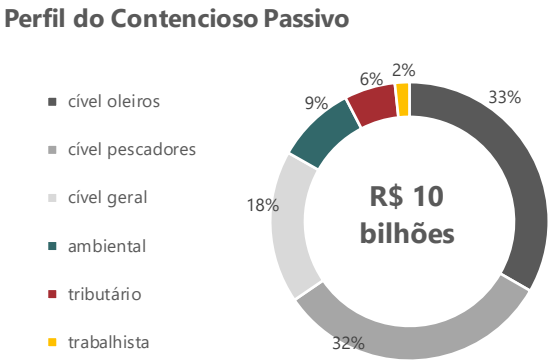
Dada a relevância do contencioso passivo atualmente registrado pela Companhia, não apenas os valores em discussão judicial são revisados constantemente, como também os próprios prognósticos de perda aplicáveis às ações existentes. Adicionalmente, em uma busca perene por otimizar a gestão e reduzir a contingência judicial passiva, a Companhia também continua qualificando, de forma criteriosa, determinadas ações como "estratégicas", submetendo-as a um monitoramento próprio e à condução por escritórios externos de alto nível técnico e reputação. Tratamento não menos importante é dado ao restante da carteira contenciosa.

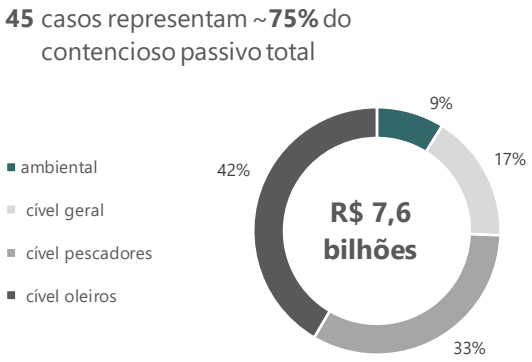
A Companhia esclarece, reiteradamente, que o valor do contencioso passivo é objeto de variações constantes, justamente porque sua mensuração é atrelada ao próprio andamento das ações judiciais. Desse modo, como política institucional, a Companhia busca refletir em seu balanço, com o mínimo de defasagem possível, o status atual de sua carteira passiva (o que justifica as oscilações trimestrais dos valores divulgados a tal título).

Em relação às contingências decorrentes de ações cuja probabilidade de perda é estimada como remota, conforme já informado em trimestres anteriores, a Companhia ainda opta por manter a prática historicamente adotada na elaboração de suas Demonstrações Financeiras, divulgando o valor total correspondente a esse tipo de contingência. Entretanto, apesar de entender ser adequada nesse momento a divulgação de tais valores, a Companhia também reitera que, dentre as diversas ações avaliadas como sendo de risco remoto, há demandas explicitamente incabíveis, cujo valor de causa não representa, em hipótese alguma, o valor financeiro efetivamente em discussão e que seria devido no caso de eventual condenação definitiva desfavorável.

Por fim, sem prejuízo dos esforços constantes visando à redução do seu contencioso passivo, a Companhia ressalva, de forma transparente, que a performance desse processo pode ser prejudicada por novas demandas eventualmente recebidas, ou mesmo por ajustes na valoração das ações que já compõem a sua carteira. Nesse contexto, a estratégia de redução do passivo judicial continua abrangendo, além da atuação técnico-processual, uma atuação de caráter preventivo, de modo a ser reduzido, também, o volume de novas ações que são propostas contra a Companhia.

Atualmente, o grupo de ações estratégicas abrange cerca de 45 processos, o que representa, aproximadamente, ~73% do contencioso judicial passivo da Companhia, conforme detalhado abaixo:



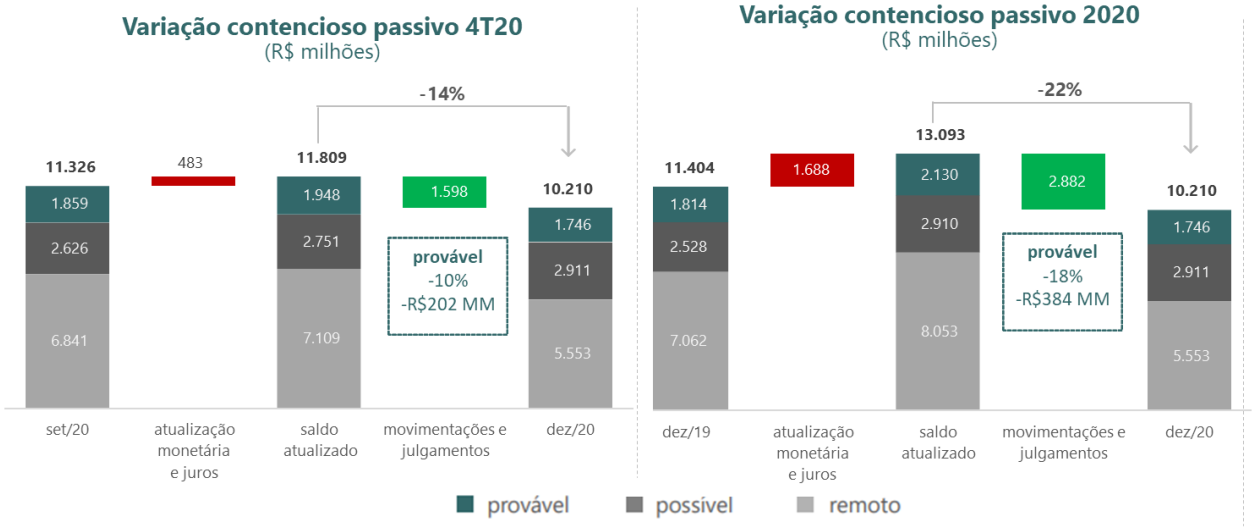


No 4T20, a Companhia avançou na gestão e solução dos casos estratégicos, o que combinado a todas as movimentações do período, permitiu uma redução de sua contingência total, antes da atualização monetária, de R$1,6 bilhão, em relação ao saldo de setembro de 2020, sendo R$202 milhões de redução abrangendo processos com prognóstico de perda avaliado como provável.

A redução do contencioso passivo total é explicada, principalmente, pela combinação de: (i) acordos judiciais; (ii) decisões favoráveis, (iii) revisão de estimativas conforme evolução processual dos casos parcialmente compensados pela correção do saldo do contencioso, impactada por indexadores de inflação, tais como o IGPM.

Mais detalhes sobre os principais processos estão disponíveis no item 4.3 do Formulário de Referência da CESP.

Ações Judiciais Passivas (R$ milhões)



Adicionalmente, a CESP continua atenta a oportunidades de acordos e negociações que se mostrem atrativas e viáveis, buscando a redução do passivo contencioso e sempre de acordo com critérios técnicos e disciplina financeira.

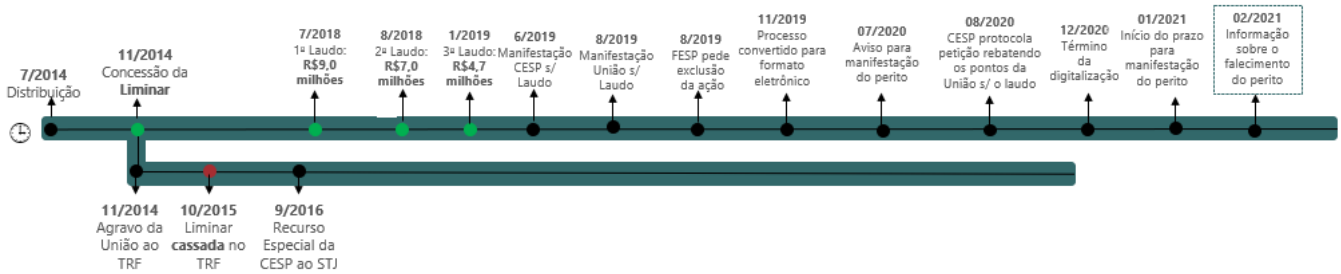
Processo Três Irmãos

O processo de indenização de Três Irmãos (processo nº 45939-32.2014.4.01.3400) está, em 1ª instância, em fase de instrução probatória, com discussões a respeito do último laudo do perito judicial, que avaliou os ativos reversíveis em R$4,7 bi (a valores históricos de junho de 2012). O valor avaliado é composto de: Usina: R$1,9 bi; Eclusas e Canal: R$1,0 bi; Terrenos: R$1,8 bi.

Após manifestações da União e da CESP a respeito do laudo pericial, em 10 de julho de 2020 foi proferido despacho que determinou a manifestação do perito, após a correção do processo de digitalização, sobre os questionamentos apresentados pela União em relação ao laudo.

Em dezembro de 2020 foi certificada a conclusão da digitalização do processo de Três Irmãos e com isso o perito foi intimado a prestar os esclarecimentos acerca do laudo pericial. O prazo para a referida manifestação foi de 15 dias úteis a contar de 28/01/2021 e findaria em 19/02/2021. Em 10/02/21 foi juntada aos autos a informação sobre o falecimento do perito em questão

Em paralelo à tramitação do caso em 1ª instância, há recurso pendente de julgamento (Recurso Especial nº 1.643.760/SP) no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ), interposto pela CESP em dezembro de 2016 visando ao pagamento imediato, pela União, do valor incontroverso de R$1,7 bi (valor na data-base de junho de 2012). Atualmente, aguarda-se pela inclusão do recurso em pauta de julgamento. Abaixo, segue a *timeline* do caso, com histórico a respeito das últimas movimentações relevantes do caso:



EVENTOS SUBSEQUENTES

A ANEEL divulgou, em outubro de 2020, no âmbito da consulta pública para regulamentação das novas condições para repactuação do risco hidrológico, o resultado dos cálculos preliminares dos prazos de extensão de outorga para as usinas hidrelétricas participantes do MRE. A confirmação do tempo de extensão de outorga depende da publicação da resolução normativa, que possibilitará à CCEE efetuar os cálculos finais (com base nas premissas definitivas), bem como da manifestação formal de adesão à repactuação proposta, necessária para configurar a efetiva aceitação aos termos de compensação e embasar a emissão da resolução autorizativa pela ANEEL, garantindo o direito à extensão, que será formalizado meio da assinatura de aditivo aos contratos de concessão.

No que diz respeito à UHE Paraibuna, a ANEEL encaminhou à CESP o Ofício nº 36/2021, em 27/01/2021, propondo adesão a rito específico para a extensão de prazo de outorga, conforme Lei nº 14.052/2020, mediante assinatura de termo aditivo ao contrato de concessão prevendo antecipação da extensão em 6 meses, já que, provavelmente, até essa data não terão sido completadas todas as etapas para a efetivação da extensão definitiva. Conforme Ofício nº 49/2021.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 11/02/2021, aprovou (i) a concordância com os temos propostos no Ofício nº 36/2021, para que seja celebrado termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 3/2004, para previsão da extensão provisória de 6 meses da outorga da UHE Paraibuna; com a adesão ao "Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e de Desistência e Renúncia ao Direito de Discutir a Isenção ou a Mitigação de Riscos Hidrológicos relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia – MRE" e celebração de novo termo aditivo com prazo definitivo, após divulgação dos cálculos finais pela ANEEL; e (ii) o envio de manifestação à ANEEL informando não haver interesse da Companhia em dar continuidade ao pedido de prorrogação por 30 anos da outorga da UHE Paraibuna que, assim, se encerra com o fim da extensão definitiva por conta da compensação prevista na Lei nº 14.052/2020. A Companhia enviará sua manifestação à ANEEL até 12.02.2021.

Por fim, vale ressaltar que a Companhia não é parte de ação judicial sobre o tema, não tendo quaisquer valores devidos, relacionados a risco hidrológico, com exigibilidade suspensa no âmbito da liquidação financeira da CCEE, sendo que a opção por repactuação não depende de desembolso de caixa ou de qualquer pagamento de prêmio.

AGENDA DE SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA

Durante o ano, a Companhia deu início a uma agenda de sustentabilidade corporativa, de forma a integrá-la à sua estratégia de negócio e a contribuir para a geração de valor compartilhado.

Para isso, definiu os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) prioritários, da Organização das Nações Unidas (ONU), e construiu a matriz de materialidade, identificando temas que refletem os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos para a Companhia e seus stakeholders. Os temas materiais identificados e os ODS prioritários constituem os direcionadores da nova Plataforma de Sustentabilidade da CESP.

Para a gestão da Plataforma de Sustentabilidade de forma que ela apresente de maneira clara o desempenho socioambiental da Companhia, a CESP estabeleceu três linhas temáticas:

Proatividade ambiental e climática – Alinhar geração de energia elétrica à garantia dos usos múltiplos da água em ações desenvolvidas em prol da conservação do ecossistema, da minimização dos impactos das operações, da adaptação às mudanças climáticas, da educação ambiental e do bom relacionamento com a comunidade.

Desenvolvimento local e humano – Busca contínua de geração de valor e compromisso com a transparência na administração, reforçando os compromissos com as partes interessadas: funcionários, comunidades, clientes, fornecedores e investidores. E isso se dá oferecendo condições de trabalho, saúde, segurança, bem-estar, diversidade e atuação transparente, garantindo direitos e oportunidades de desenvolvimento humano e geração de negócios.

Crescimento inclusivo – A sustentabilidade e a rentabilidade devem caminhar juntas. Por isso, deve-se focar na criação de programas socioambientais que impulsionem uma nova mentalidade entre funcionários e comunidade, proporcionando inclusão financeira, inclusão social e desenvolvimento de competências locais.

Em complemento a essa agenda, a CESP obteve a certificação para emissão de *International Renewable Energy Certificates* (**I-RECs**) atestando a origem de energia renovável e garantindo a rastreabilidade do atributo ambiental da energia.

Para mais detalhes da agenda de sustentabilidade e todas ações e projetos socioambientais da CESP, acesse o nosso Relatório Anual de 2020, disponível no site da Companhia.

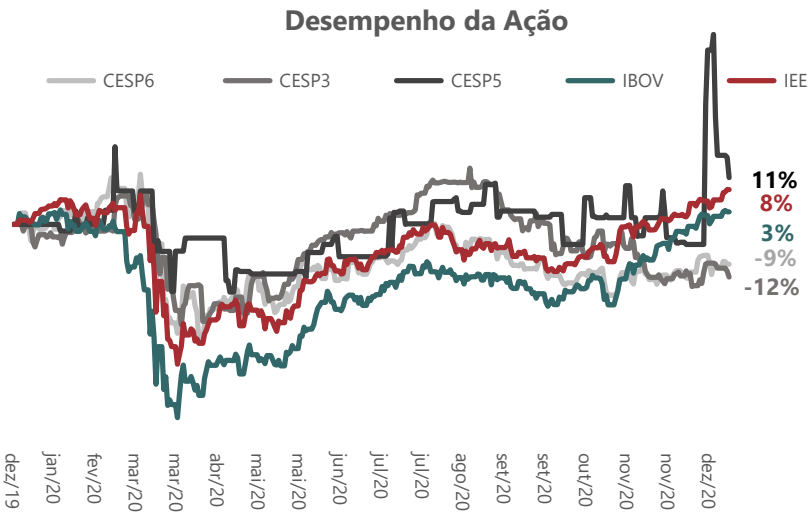
MERCADO DE CAPITAIS

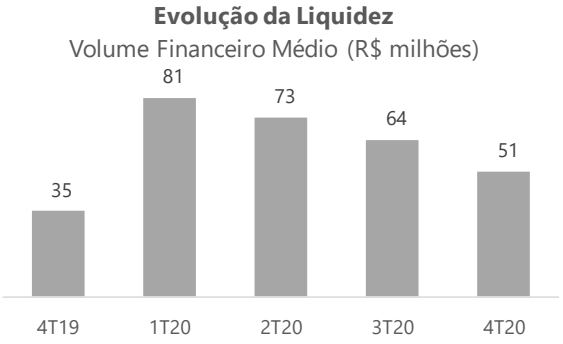
A CESP possui ações ordinárias ("CESP3") e ações preferenciais classes A e B ("CESP5 e CESP6", respectivamente) listadas e negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo ("B3") e integra o Nível 1 de Governança Corporativa, valorizando a ética e transparência no relacionamento com acionistas e demais *stakeholders* da Companhia. As ações da Companhia integram diversos índices, entre eles o Índice de Governança Corporativa, em que estão listadas as empresas com padrões diferenciados de governança corporativa e o Índice Brasil 100, que reúne as ações mais negociadas na B3.

Em 31 de dezembro de 2020 as ações preferenciais classe B (CESP6), que representam 64,4% do capital total da Companhia, estavam cotadas em R$28,97. Desde o início deste ano, há um crescimento significativo da liquidez diárias das ações CESP6 apresentaram uma liquidez média diária de R$51 milhões no 4T20 (vs. R$35 milhões negociados no 4T19).

As ações ordinárias (CESP3), que representam 33,3% do capital, estavam cotadas em R$27,80. ações preferenciais classe A (CESP5), que representam 2,3% do capital, estavam cotadas em R$35,62, no mesmo 31 de dezembro de 2020.

O valor de mercado da CESP, em 31 de dezembro de 2020, era de R$9,4 bilhões comparado a R$10,5 bilhões em 31 de dezembro de 2019.





ANEXOS – (R$ mil)

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Circulante	**977.559**	**1.020.620**	**1.118.857**	**1.071.788**
Caixa e equivalentes de caixa	643.045	690.276	713.384	741.444
Instrumentos financeiros derivativos	-	18.718	-	18.718
Contas a receber	213.276	198.930	272.817	198.930
Tributos a recuperar	48.639	8.357	61.190	8.357
Dividendos a receber	1.158	-	-	-
Despesas antecipadas	1.957	11.186	1.957	11.186
Outros ativos	69.484	93.153	69.509	93.153
Não circulante	**13.279.903**	**11.909.068**	**13.269.610**	**11.857.966**
Instrumentos financeiros derivativos	-	21.225	-	21.225
Cauções e depósitos judiciais	260.496	343.979	260.496	343.979
IR e CSLL líquidos diferidos	3.770.400	1.877.412	3.791.283	1.877.412
Almoxarifado	6.023	7.611	6.023	7.611
Ativo sujeito à indenização	1.739.161	1.719.390	1.739.161	1.719.390
Investimentos	31.176	51.102	-	-
Imobilizado	5.956.429	6.305.943	5.956.429	6.305.943
Intangível	1.509.895	1.575.300	1.509.895	1.575.300
Direito de uso s/ contratos de arrendamento	6.323	7.106	6.323	7.106
Total do ativo	**14.257.462**	**12.929.688**	**14.388.467**	**12.929.754**

	Controladora		Consolidado	
Passivo e Patrimônio Líquido	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Circulante	**926.854**	**956.792**	**1.050.629**	**956.858**
Fornecedores	7.430	8.824	7.475	8.849
Energia comprada para revenda	15.416	35.755	76.109	35.755
Empréstimos e financiamentos	18.220	3.002	18.220	3.002
Arrendamento mercantil	1.700	1.584	1.700	1.584
Instrumentos financeiros derivativos	58.936	-	95.084	-
Contratos futuros de energia	-	-	17.336	-
Obrigações estimadas e folha de pagamento	22.479	21.497	23.387	21.497
Tributos a recolher	32.084	23.494	40.721	23.535
Encargos setoriais	96.003	115.673	96.003	115.673
Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	581.955	606.176	581.955	606.176
UBP - Uso do bem público	41.307	29.275	41.307	29.275
Obrigações socioambientais	28.426	23.474	28.426	23.474
Outros passivos	22.898	88.038	22.906	88.038
Não circulante	**5.807.250**	**4.827.991**	**5.814.479**	**4.827.991**
Empréstimos e financiamentos	1.800.854	1.781.123	1.800.854	1.781.123
Arrendamento mercantil	4.789	5.624	4.788	5.624
Instrumentos financeiros derivativos	6.019	-	9.141	-
Contratos futuros de energia	-	-	4.108	-
Encargos setoriais	1.240	12.014	1.240	12.014
UBP - Uso do bem público	114.057	158.355	114.057	158.355
Provisão para litígios	1.748.257	1.814.375	1.748.257	1.814.375
Obrigações socioambientais	152.749	164.536	152.749	164.536
Benefícios pós-emprego	1.931.800	836.995	1.931.800	836.995
Outros passivos	47.485	54.969	47.485	54.969
Patrimônio líquido	**7.523.358**	**7.144.905**	**7.523.359**	**7.144.905**
Capital social	5.975.433	5.975.433	5.975.433	5.975.433
Reservas de capital	1.929.098	1.929.098	1.929.098	1.929.098
Reservas de lucros	2.187.137	1.084.883	2.187.138	1.084.883
Ajustes de avaliação patrimonial	(919.658)	(948.623)	(919.658)	(948.623)
Outros resultados abrangentes	(1.648.652)	(895.886)	(1.648.652)	(895.886)
Lucros acumulados	-	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	**14.257.462**	**12.929.688**	**14.388.467**	**12.929.754**

Demonstração dos Resultados (Detalhado) R$ mil	Controladora					
	4T20	4T19	Var. (%)	2.020	2.019	Var. (%)
Receita operacional bruta	**414.319**	**497.086**	**-17%**	**1.657.513**	**1.830.499**	**-9%**
Consumidores Livres - Industrial	117.220	213.871	-45%	410.534	785.746	-48%
Agentes Comercializadores	170.148	142.908	19%	754.809	487.660	55%
Operações de trading	-	-	n.m.	-	-	n.m.
Leilões de Energia - Distribuidores	129.510	126.203	3%	498.445	481.588	4%
Energia de curto prazo	17.151	12.767	34%	55.296	72.235	-23%
Instrumentos financeiros derivativos	(23.281)	779	n.m.	(71.514)	685	n.m.
Suprimento em regime de quotas - UHE Jaguari	2.866	-	n.m.	7.190	-	n.m.
Outras receitas	705	558	26%	2.753	2.585	6%
Deduções à receita operacional	**(64.428)**	**(64.251)**	**0%**	**(81.126)**	**(64.251)**	**26%**
Quota para a reserva global de reversão	(669)	(844)	-21%	(669)	(844)	-21%
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(4.805)	(4.238)	13%	(4.805)	(4.238)	13%
Imposto sobre serviços - ISS	(19)	(19)	0%	(19)	(19)	0%
COFINS sobre receitas operacionais	(33.254)	(37.046)	-10%	(46.974)	(37.046)	27%
PIS sobre receitas operacionais	(7.220)	(8.043)	-10%	(10.198)	(8.043)	27%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(16.874)	(12.845)	31%	(16.874)	(12.845)	31%
Taxa de fiscalização do setor elétrico - TFSE	(1.587)	(1.216)	31%	(1.587)	(1.216)	31%
Receita operacional líquida	**349.891**	**432.835**	**-19%**	**1.424.960**	**1.571.296**	**-9%**
Custo do serviço de energia elétrica	**(205.876)**	**(272.064)**	**-24%**	**(735.393)**	**(1.092.015)**	**-33%**
Lucro operacional bruto	**144.015**	**160.771**	**-10%**	**689.567**	**479.281**	**44%**
Despesas operacionais	**79.459**	**198.505**	**-60%**	**117.243**	**4.125**	**n.m.**
Gerais e administrativas	(34.233)	(41.814)	-18%	(100.895)	(263.157)	-62%
Outras receitas operacionais, líquidas	113.692	240.319	-53%	218.138	267.282	-18%
Equivalência Patrimonial	(33.459)	102	n.m.	4.874	102	n.m.
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	**190.015**	**359.378**	**-47%**	**811.684**	**483.508**	**68%**
Receitas financeiras	4.428	11.086	-60%	28.211	74.259	-62%
Despesas financeiras	(175.418)	(70.900)	147%	(585.562)	(418.504)	40%
Variação cambial líquida	-	319	n.m.	-	(2.809)	n.m.
Resultado financeiro	**(170.990)**	**(59.495)**	**187%**	**(557.351)**	**(347.054)**	**61%**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contrib. social	**19.025**	**299.883**	**-94%**	**254.333**	**136.454**	**86%**
IR e CSLL - corrente	57.724	-	n.m.	(13.458)	-	n.m.
IR e CSLL - diferido	1.518.927	1.033.232	47%	1.487.887	1.026.560	45%
IR e CSLL líquidos	**1.576.651**	**1.033.232**	**53%**	**1.474.429**	**1.026.560**	**44%**
Lucro (prejuízo) líquido	**1.595.676**	**1.333.115**	**20%**	**1.728.762**	**1.163.014**	**49%**

Demonstração dos Resultados (Detalhado) R$ mil	Consolidado					
	4T20	4T19	Var. (%)	2.020	2.019	Var. (%)
Receita operacional bruta	**581.775**	**497.086**	**17%**	**2.203.798**	**1.830.499**	**20%**
Consumidores Livres - Industrial	223.609	213.871	5%	833.822	785.746	6%
Agentes Comercializadores	201.320	142.908	41%	810.435	487.660	66%
Operações de trading	43.351	-	n.m.	112.152	-	n.m.
Leilões de Energia - Distribuidores	129.510	126.203	3%	498.445	481.588	4%
Energia de curto prazo	17.151	12.767	34%	55.296	72.235	-23%
Instrumentos financeiros derivativos	(36.737)	779	n.m.	(116.295)	685	n.m.
Suprimento em regime de quotas - UHE Jaguari	2.866	-	n.m.	7.190	-	n.m.
Outras receitas	705	558	26%	2.753	2.585	6%
Deduções à receita operacional	**(81.126)**	**(64.251)**	**26%**	**(286.550)**	**(259.203)**	**11%**
Quota para a reserva global de reversão	(669)	(844)	-21%	(2.579)	(26.304)	-90%
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(4.805)	(4.238)	13%	(15.098)	(15.631)	-3%
Imposto sobre serviços - ISS	(19)	(19)	0%	(84)	(120)	-30%
COFINS sobre receitas operacionais	(46.974)	(37.046)	27%	(174.570)	(135.032)	29%
PIS sobre receitas operacionais	(10.198)	(8.043)	27%	(37.900)	(29.316)	29%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(16.874)	(12.845)	31%	(51.389)	(48.801)	5%
Taxa de fiscalização do setor elétrico	(1.587)	(1.216)	31%	(4.930)	(3.999)	23%
Receita operacional líquida	**500.649**	**432.835**	**16%**	**1.917.248**	**1.571.296**	**22%**
Custo do serviço de energia elétrica	**(369.284)**	**(272.064)**	**36%**	**(1.189.642)**	**(1.092.015)**	**9%**
Lucro operacional bruto	**131.365**	**160.771**	**-18%**	**727.606**	**479.281**	**52%**
Despesas operacionais	**41.136**	**198.461**	**-79%**	**85.120**	**4.081**	**n.m.**
Gerais e administrativas	(37.268)	(41.858)	-11%	(111.552)	(263.201)	-58%
Outras receitas operacionais, líquidas	78.404	240.319	-67%	196.672	267.282	-26%
Equivalência Patrimonial	-	-	n.m.	-	-	n.m.
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	**172.501**	**359.232**	**-52%**	**812.726**	**483.362**	**68%**
Receitas financeiras	4.738	11.265	-58%	29.742	74.438	-60%
Despesas financeiras	(175.457)	(70.901)	147%	(585.670)	(418.505)	40%
Variação cambial líquida	-	319	n.m.	-	(2.809)	n.m.
Resultado financeiro	**(170.719)**	**(59.317)**	**188%**	**(555.928)**	**(346.876)**	**60%**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contrib. social	**1.782**	**299.915**	**-99%**	**256.798**	**136.486**	**88%**
IR e CSLL - corrente	63.566	(32)	n.m.	(24.639)	(32)	n.m.
IR e CSLL - diferido	1.530.328	1.033.232	48%	1.496.603	1.026.560	46%
IR e CSLL líquidos	**1.593.894**	**1.033.200**	**54%**	**1.471.964**	**1.026.528**	**43%**
Lucro (prejuízo) líquido	**1.595.676**	**1.333.115**	**20%**	**1.728.762**	**1.163.014**	**49%**

	Controladora						
	4T20			4T19			
NATUREZA DOS CUSTOS E DESPESAS	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total	Var. (%)
Energia comprada	(51.533)	-	(51.533)	(92.815)	-	(92.815)	-44%
Encargos setoriais	(40.040)	-	(40.040)	(26.931)	-	(26.931)	49%
Provisão (reversão) para obrigações socioambientais	-	(4.206)	(4.206)	-	14.835	14.835	n.m.
Pessoal	(5.789)	(13.729)	(19.518)	(5.824)	(14.253)	(20.077)	-3%
PDV - Programa de demissão voluntária	(2.863)	(6.174)	(9.037)	-	(336)	(336)	n.m.
Administradores	-	2.362	2.362	-	(5.732)	(5.732)	n.m.
Benefícios pós-emprego	-	123	123	-	(3.372)	(3.372)	n.m.
Materiais	(195)	(244)	(439)	(664)	(206)	(870)	-50%
Serviços de terceiros	(5.179)	(9.039)	(14.218)	(1.438)	(10.258)	(11.696)	22%
Seguros	-	(1.074)	(1.074)	-	-	-	n.m.
Depreciação/Amortização	(99.689)	(1.933)	(101.622)	(109.490)	(2.655)	(112.145)	-9%
Aluguéis	(218)	(162)	(380)	(28)	1	(27)	n.m.
Provisão (reversão) para redução ao valor realizável de almoxarifados	-	-	-	-	264	264	n.m.
Provisão para litígios	-	137.404	137.404	-	324.463	324.463	-58%
Baixa de depósitos judiciais	-	(16.478)	(16.478)	-	-	-	n.m.
Reversão (Provisão) PIS/COFINS depósitos judiciais	-	63	63	-	6.170	6.170	-99%
Reversão de provisão de impairment	-	7.589	7.589	-	120.405	120.405	-94%
Ajuste ativo contingente - Ilha Solteira e Jupiá	-	-	-	-	(230.040)	(230.040)	n.m.
Créditos de PIS/COFINS sobre encargos de transmissão	-	-	-	(37.257)	-	(37.257)	n.m.
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	2.804	2.804	n.m.
Outras (despesas) ou receitas	-	(15.413)	(15.413)	2.383	(3.585)	(1.202)	n.m.
Total	**(205.506)**	**79.089**	**(126.417)**	**(272.064)**	**198.505**	**(73.559)**	**72%**

	Consolidado						
	4T20			4T19			
NATUREZA DOS CUSTOS E DESPESAS	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total	Var. (%)
Energia comprada	(214.942)	-	(214.942)	(92.815)	-	(92.815)	132%
Encargos setoriais	(40.039)	-	(40.039)	(26.931)	-	(26.931)	49%
Provisão (reversão) para obrigações socioambientais	-	(4.206)	(4.206)	-	14.835	14.835	n.m.
Pessoal	(5.789)	(16.076)	(21.865)	(5.824)	(14.253)	(20.077)	9%
PDV - Programa de demissão voluntária	(2.863)	(6.174)	(9.037)	-	(336)	(336)	n.m.
Administradores	-	2.362	2.362	-	(5.732)	(5.732)	n.m.
Benefícios pós-emprego	-	123	123	-	(3.372)	(3.372)	n.m.
Materiais	(195)	(242)	(437)	(664)	(206)	(870)	-50%
Serviços de terceiros	(5.179)	(9.460)	(14.639)	(1.438)	(10.258)	(11.696)	25%
Seguros	-	(1.074)	(1.074)	-	-	-	n.m.
Depreciação/Amortização	(99.689)	(1.993)	(101.682)	(109.490)	(2.655)	(112.145)	-9%
Aluguéis	(218)	(245)	(463)	(28)	1	(27)	n.m.
Provisão (reversão) para redução ao valor realizável de almoxarifados	-	-	-	-	264	264	n.m.
Provisão para litígios	-	137.404	137.404	-	324.463	324.463	-58%
Baixa de depósitos judiciais	-	(16.478)	(16.478)	-	-	-	n.m.
Ajuste ativo contingente - Ilha Solteira e Jupiá	-	-	-	-	(230.040)	(230.040)	n.m.
Contratos futuros de energia	-	(35.280)	(35.280)	-	-	-	n.m.
Reversão (Provisão) PIS/COFINS depósitos judiciais	-	63	63	-	6.170	6.170	-99%
Reversão de provisão de impairment	-	7.589	7.589	-	120.405	120.405	-94%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	2.804	2.804	n.m.
Créditos de PIS/COFINS sobre encargos de transmissão	-	-	-	(37.257)	-	(37.257)	n.m.
Outras (despesas) ou receitas	-	(15.547)	(15.547)	2.383	(3.585)	(1.202)	n.m.
Total	**(368.914)**	**40.766**	**(328.148)**	**(272.064)**	**198.505**	**(73.559)**	**n.m.**

	Controladora						
	2020			2019			
NATUREZA DOS CUSTOS E DESPESAS	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total	Var. (%)
Energia comprada	(148.579)	-	(148.579)	(541.111)	-	(541.111)	-73%
Encargos setoriais	(148.859)	-	(148.859)	(126.606)	-	(126.606)	18%
Ajuste ativo contingente - Ilha Solteira e Jupiá	-	-	-	-	(230.040)	(230.040)	
Pessoal	(24.738)	(35.489)	(60.227)	(21.580)	(84.745)	(106.325)	-43%
PDV - Programa de demissão voluntária	(3.578)	(11.420)	(14.998)	(9.883)	(101.199)	(111.082)	-86%
Administradores	-	(8.765)	(8.765)	-	(6.900)	(6.900)	27%
Benefícios pós-emprego	-	489	489	-	(13.488)	(13.488)	n.m.
Materiais	(808)	(488)	(1.296)	(2.985)	(1.586)	(4.571)	-72%
Serviços de terceiros	(10.151)	(23.162)	(33.313)	(13.245)	(33.184)	(46.429)	-28%
Seguros	-	(5.966)	(5.966)	-	-	-	n.m.
Depreciação/Amortização	(389.287)	(7.814)	(397.101)	(371.319)	(8.246)	(379.565)	5%
Aluguéis	(618)	(1.099)	(1.717)	(46)	(1.540)	(1.586)	8%
Provisão (reversão) para redução ao valor realizável de almoxarifados	-	66	66	-	8.053	8.053	-99%
Reversão (provisão) para litígios	-	266.644	266.644	-	331.952	331.952	-20%
Baixa de depósitos judiciais	-	(63.284)	(63.284)	-	-	-	n.m.
Reversão (Provisão) PIS/COFINS depósitos judiciais	-	527	527	-	6.048	6.048	-91%
Reversão da diferença de quotas RGR 2018 e 2017	-	-	-	-	23.152	23.152	n.m.
Provisão para obrigações socioambientais		(4.206)	(4.206)	-	14.835	14.835	n.m.
Reversão de provisão de impairment	-	7.589	7.589	-	120.405	120.405	-94%
Outras (despesas) ou receitas	(8.775)	3.621	(5.154)	(5.240)	(19.392)	(24.632)	-79%
Total	**(735.393)**	**117.243**	**(618.150)**	**(1.092.015)**	**4.125**	**(1.087.890)**	**-43%**

	Consolidado						
	2020			2019			
NATUREZA DOS CUSTOS E DESPESAS	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total	Var. (%)
Energia comprada	(602.829)	-	(602.829)	(541.111)	-	(541.111)	11%
Encargos setoriais	(148.858)	-	(148.858)	(126.606)	-	(126.606)	18%
Provisão para obrigações socioambientais	-	(4.206)	(4.206)	-	14.835	14.835	n.m.
Pessoal	(24.738)	(43.541)	(68.279)	(21.580)	(84.764)	(106.344)	-36%
PDV - Programa de demissão voluntária	(3.578)	(11.420)	(14.998)	(9.883)	(101.199)	(111.082)	-86%
Administradores	-	(8.765)	(8.765)	-	(6.900)	(6.900)	27%
Benefícios pós-emprego	-	489	489	-	(13.488)	(13.488)	n.m.
Materiais	(808)	(868)	(1.676)	(2.985)	(1.586)	(4.571)	-63%
Serviços de terceiros	(10.151)	(24.389)	(34.540)	(13.245)	(33.188)	(46.433)	-26%
Seguros	-	(5.966)	(5.966)	-	(3.550)	(3.550)	68%
Depreciação/Amortização	(389.287)	(8.042)	(397.329)	(371.319)	(8.246)	(379.565)	5%
Aluguéis	(618)	(1.209)	(1.827)	(46)	(1.541)	(1.587)	15%
Provisão (reversão) para redução ao valor realizável de almoxarifados	-	66	66	-	8.053	8.053	-99%
Reversão (provisão) para litígios	-	266.644	266.644	-	331.952	331.952	-20%
Baixa de depósitos judiciais	-	(63.284)	(63.284)	-	-	-	n.m.
Ajuste ativo contingente - Ilha Solteira e Jupiá	-	-	-	-	(230.040)	(230.040)	n.m.
Contratos futuros de energia	-	(21.444)	(21.444)	-		-	n.m.
Reversão (Provisão) PIS/COFINS depósitos judiciais	-	527	527	-	6.048	6.048	-91%
Reversão de provisão de impairment	-	7.589	7.589	-	120.405	120.405	-94%
Reversão da diferença de quotas RGR 2018 e 2017	-	-	-	-	23.152	23.152	n.m.
Outros encargos - ONS / CCEE	-	-	-	-	-	-	n.m.
Outras (despesas) ou receitas	(8.775)	2.939	(5.836)	(5.240)	(15.862)	(21.102)	
Total	**(1.189.642)**	**85.120**	**(1.104.522)**	**(1.092.015)**	**4.081**	**(1.087.934)**	**2%**